



Goiânia, 16 de fevereiro de 2021 – Edição Especial Coronavírus nº 4/2021.

Atualização: 16/03/2021.

Apresentamos o 4º número do Informativo Biblioteca Especial Coronavírus, desenvolvido pela Divisão de Documentação e Biblioteca do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCMGO). O objetivo é reunir em uma única fonte de informação os principais atos oficiais do Governo Federal, do Governo do Estado de Goiás, da Prefeitura de Goiânia, e os atos normativos do TCMGO, relacionados à pandemia do Coronavírus (COVID-19), facilitando o acesso a informações atualizadas. Todas as normas inseridas após a publicação anterior são precedidas por um “asterisco” * para facilitar o acompanhamento das atualizações.

1

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------|----|
| LEGISLAÇÃO FEDERAL | 2 |
| Emendas Constitucionais | 2 |
| Leis Complementares | 2 |
| Leis Ordinárias | 2 |
| Medidas Provisórias | 9 |
| Decretos Legislativos | 18 |
| Decretos Numerados | 18 |
| LEGISLAÇÃO ESTADUAL (Goiás) | 24 |
| Leis Ordinárias | 24 |
| Decretos Numerados | 26 |
| Decretos Legislativos | 29 |
| LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Goiânia) | 30 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------|----|
| Leis Ordinárias | 30 |
| Decretos Numerados | 30 |
| TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS | 40 |
| Acórdãos Consulta | 40 |
| Instruções Normativas | 41 |
| Resoluções Administrativas | 42 |
| Portarias | 42 |
| Recomendações | 45 |

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Emendas Constitucionais

* **Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021.**

Altera os arts. 29-A, 37, 49, 84, 163, 165, 167, 168 e 169 da Constituição Federal e os arts. 101 e 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 164-A, 167- A, 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G; revoga dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui regras transitórias sobre redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19. Diário Oficial da União de 16/3/2021, p.4. Seção 1.

Emenda Constitucional nº 107, de 2 de julho de 2020. Adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos. Diário Oficial da União de 3/7/2020, p. 3. Seção 1.

Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020. Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia. Diário Oficial da União de 8/5/2020, p.1. Seção 1.

Leis Complementares

Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020. Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a **Lei Complementar nº 101**, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 28/5/2020, p. 4. Seção 1.

Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020. Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais. Diário Oficial da União de 16/4/2020, p. 1. Seção 1.

Leis Ordinárias

* **Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021.** Dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Diário Oficial da União de 10.3.2021, p. 3. Seção 1 – Ed. extra A.

* **Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021.** Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Diário Oficial da União de 10.3.2021, p. 1. Seção 1 – Ed. extra A.

* **Lei nº 14.123, de 10 de março de 2021.** Altera a Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018, e prorroga até 31 de dezembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020. Diário Oficial da União de 10.3.2021, p. 1. Seção 1 – Ed. extra A.

* **Lei nº 14.122, de 3 de março de 2021.** Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.513.700.000,00 (dois bilhões, quinhentos e treze milhões e setecentos mil reais), para o fim que especifica; e dá outras providências. . Diário Oficial da União de 4.3.2021, p. 3. Seção 1.

* **Lei nº 14.121, de 1º de março de 2021.** Autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (Covax Facility) e estabelece diretrizes para a imunização da população. Diário Oficial da União de 2.3.2021, p. 5. Seção 1.

Lei nº 14.117, de 8 de janeiro de 2021. Suspende o pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), criado pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, durante a vigência de calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional; e altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.671, de 15 de maio de 2003. Diário Oficial da União de 11/1/2021, p. 1. Seção 1

Lei nº 14.115, de 29 de dezembro de 2020. Estabelece o aumento da participação da União no Fundo Garantidor de Operações (FGO), no montante equivalente ao dos recursos devolvidos à União em conformidade com os §§ 4º e 5º do art. 10 da Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020. Diário Oficial da União de 29/12/2020, p. 12. Seção 1. Ed. extra-B.

Lei nº 14.114, de 29 de dezembro de 2020. Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 4.223.266.669,00, para os fins que especifica. Diário Oficial da União de 29/12/2020, p. 2. Seção 1. Ed. extra-B.

Lei nº 14.107, de 3 de dezembro de 2020. Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 1.994.960.005,00, (um bilhão, novecentos e noventa e quatro milhões, novecentos e sessenta mil e cinco reais), para o fim que especifica; e dá outras providências. Diário Oficial da União de 4/12/2020, p. 3. Seção 1

Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020. Dispõe sobre a conta do tipo poupança social digital; e altera as Leis nos 13.982, de 2 de abril de 2020, e 14.058, de 17 de setembro de 2020. Diário Oficial da União de 23/10/2020, p. 1. Seção 1

Lei nº 14.073, de 14 de outubro de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto

[Legislativo nº 6](#), de 20 de março de 2020; e altera as [Leis nos 9.615](#), de 24 de março de 1998, e [13.756](#), de 12 de dezembro de 2018. Diário Oficial da União de 15/10/2020, p. 3. Seção 1

Lei nº 14.068, de 1º de outubro de 2020. Abre crédito extraordinário em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais), para o fim que especifica; e dá outras providências. Diário Oficial da União de 2/10/2020, p. 2. Seção 1

Lei nº 14.067, de 1º de outubro de 2020. Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 4.489.224.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e oitenta e nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais), para o fim que especifica. Diário Oficial da União de 2/10/2020, p. 1. Seção 1

Lei nº 14.065, de 30 de setembro de 2020. Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos realizados no âmbito da administração pública; adequa os limites de dispensa de licitação; amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6](#), de 20 de março de 2020; e altera a [Lei nº 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União de 1º/10/2020, p. 2. Seção 1

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020. Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de **softwares** desenvolvidos por entes públicos; e altera a [Lei nº 9.096](#), de 19 de setembro de 1995, a [Lei nº 5.991](#), de 17 de dezembro de 1973, e a [Medida Provisória nº 2.200-2](#), de 24 de agosto de 2001. Diário Oficial da União de 24/9/2020, p. 4. Seção 1

Nota: art. 5º regulamentado pelo [Decreto nº 10.543](#), de 13/11/2020.

Lei nº 14.061, de 23 de setembro de 2020. Prorroga até 30 de setembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecida na [Lei nº 13.992](#), de 22 de abril de 2020; e dá outras providências. Diário Oficial da União 24/9/2020, p. 4. Seção 1

Lei nº 14.060, de 23 de setembro de 2020. Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de **drawback** que tenham sido prorrogados por 1 (um) ano pela autoridade fiscal e que tenham termo em 2020; e altera a [Lei nº 11.945](#), de 4 de junho de 2009. Diário Oficial da União 24/9/2020, p. 4. Seção 1

Lei nº 14.058, de 17 de setembro de 2020. Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a [Lei nº 14.020](#), de 6 de julho de 2020. Diário Oficial da União 18/9/2020, p. 1. Seção 1.

Nota: Alterada pela [Lei nº 14.075](#), de 22/10/2020.

Lei nº 14.057, de 11 de setembro de 2020. Disciplina o acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e o acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública e dispõe sobre a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6](#), de 20 de março de 2020; e altera a [Lei nº 7.689](#), de 15 de dezembro de 1988, e a [Lei nº 8.212](#), de 24 de julho de 1991. Diário Oficial da União 14/9/2020, p. 2. Seção 1.

Lei nº 14.056, de 10 de setembro de 2020. Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), para os fins que especifica; e dá outras providências. Diário Oficial da União de 11/9/2020, p. 5. Seção 1.

Lei nº 14.055, de 10 de setembro de 2020. Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 5.566.379.351,00 (cinco bilhões, quinhentos e sessenta e seis milhões, trezentos e setenta e nove mil trezentos e cinquenta e um reais), para os fins que especifica; e dá outras providências. Diário Oficial da União de 11/9/2020, p. 3. Seção 1.

Lei nº 14.054, de 10 de setembro de 2020. Abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e das Relações Exteriores, no valor de R\$ 418.800.000,00 (quatrocentos e dezoito milhões e oitocentos mil reais), para os fins que especifica. Diário Oficial da União de 11/9/2020, p. 2. Seção 1.

Lei nº 14.048, de 24 de agosto de 2020. Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho). Diário Oficial da União de 25/8/2020, p. 6. Seção 1.

Lei nº 14.047, de 24 de agosto de 2020. Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário, sobre a cessão de pátios da administração pública e sobre o custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); e altera as Leis nºs 9.719, de 27 de novembro de 1998, 7.783, de 28 de junho de 1989, 12.815, de 5 de junho de 2013, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 10.233, de 5 de junho de 2001. Diário Oficial da União de 25/8/2020, p. 4. Seção 1.

Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020. Dispõe sobre o adiamento e o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e de cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19. Diário Oficial da União de 25/8/2020, p. 4. Seção 1.

Lei nº 14.045, de 20 de agosto de 2020. Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir linha de crédito destinada aos profissionais liberais que atuem como pessoa física, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para criar o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Microempresas e para Pequenas e Médias Empresas e o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo. Diário Oficial da União de 21/8/2020, p. 1. Seção 1.

Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020. Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nos 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências. Diário Oficial da União de 20/8/2020, p. 5. Seção 1.

Nota: Ver também Lei nº 14.115, de 29/12/2020.

Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020. Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac); altera as Leis nºs 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências. Diário Oficial da União de 20/8/2020, p. 1. Seção 1.

Lei nº 14.041, de 18 de agosto de 2020. Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6](#), de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19. Diário Oficial da União de 19/8/2020, p. 4. Seção 1.

Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6](#), de 20 de março de 2020; e altera a [Lei nº 11.947](#), de 16 de junho de 2009. Diário Oficial da União de 19/8/2020, p. 4. Seção 1.

Lei nº 14.036, de 13 de agosto de 2020. Altera a [Lei nº 14.017](#), de 29 de junho de 2020, para estabelecer a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6](#), de 20 de março de 2020, e as regras para a restituição ou a suplementação dos valores por meio de outras fontes próprias de recursos pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal. Diário Oficial da União de 14/8/2020, p. 4. Seção 1.

Lei nº 14.035, de 11 de agosto de 2020. Altera a [Lei nº 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para a aquisição ou contratação de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União de 12/8/2020, p. 1. Seção 1.

Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020. Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; e altera as [Leis nos 7.565](#), de 19 de dezembro de 1986, [6.009](#), de 26 de dezembro de 1973, [12.462](#), de 4 de agosto de 2011, [13.319](#), de 25 de julho de 2016, [13.499](#), de 26 de outubro de 2017, e [9.825](#), de 23 de agosto de 1999. Diário Oficial da União de 6/8/2020, p.1. Seção 1.

Nota: alterada pela [Medida Provisória nº 1.024](#), de 31/12/2020.

Lei nº 14.033, de 4 de agosto de 2020. Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R\$ 639.034.512,00 (seiscentos e trinta e nove milhões, trinta e quatro mil quinhentos e doze reais), para os fins que especifica. Diário Oficial da União de 5/8/2020, p. 17. Seção 1

Lei nº 14.032, de 4 de agosto de 2020. Abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 2.113.789.466,00 (dois bilhões, cento e treze milhões, setecentos e oitenta e nove mil quatrocentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica. Diário Oficial da União de 5/8/2020, p. 1. Seção 1

Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020. Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as [leis nºs 5.764](#), de 16 de dezembro de 1971, [6.404](#), de 15 de dezembro de 1976, e [10.406](#), de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Diário Oficial da União de 29/7/2020, p. 1. Seção 1

Lei nº 14.028, de 27 de julho de 2020. Altera a [Lei nº 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020, para garantir que o receituário médico ou odontológico de medicamentos sujeitos a prescrição e de uso contínuo tenha validade pelo menos enquanto perdurarem as medidas de isolamento para contenção do surto da Covid-19, na forma que especifica. Diário Oficial da União de 28/7/2020, p. 1. Seção 1.

Lei nº 14.025, de 14 de julho de 2020. Altera excepcionalmente as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos que especifica e ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo. Diário Oficial da União de 15/7/2020, p. 1. Seção 1.

Lei nº 14.024, de 9 de julho de 2020. Altera a [Lei nº 10.260](#), de 12 de julho de 2001, para suspender temporariamente as obrigações financeiras dos estudantes beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) durante o período de vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6](#), de 20 de março de 2020. Diário Oficial da União de 10/7/2020, p. 1. Seção 1

Lei nº 14.023, de 8 de julho de 2020. Altera a [Lei nº 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a adoção de medidas imediatas que preservem a saúde e a vida de todos os profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União de 9/7/2020, p. 1. Seção 1

Lei n. 14.022, de 7 de julho de 2020. Altera a [Lei nº 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União de 8/7/2020, p. 3. Seção 1.

Lei n. 14.021, de 7 de julho de 2020. Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a [Lei nº 8.080](#), de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública. Diário Oficial da União de 8/7/2020, p. 1. Seção 1.

Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6](#), de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a [Lei nº 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020; altera a [Lei nº 8.213](#), de 24 de julho de 1991. Diário Oficial da União de 7/7/2020, p.1. Seção 1.

Nota: Ver também [Lei nº 14.058](#), de 17/9/2020; [Decreto nº 10.517](#), de 13/10/2020

Lei nº 14.019, de 2 de julho de 2020. Altera a [Lei nº 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de

saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19. Diário Oficial da União de 3/7/2020, p.2. Seção 1.

Lei nº 14.018, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). Diário Oficial da União de 30/6/2020, p.3. Seção 1.

Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6](#), de 20 de março de 2020. Diário Oficial da União de 30/6/2020, p.1. Seção 1.

Nota: alterada pela [Lei nº 14.036](#), de 13/8/2020. Alterada pela [Medida Provisória nº 1.019](#), de 29/12/2020. Regulamentada pelo [Decreto nº 10.464](#), de 17/8/2020.

Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020. Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. Diário Oficial da União de 24/6/2020, p. 2. Seção 1

Lei n. 14.010, de 10 de junho de 2020. Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19). Diário Oficial da União de 12/6/2020, p. 1. Seção 1.

Lei n. 14.008, de 2 de junho de 2020. Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 343.623.574.293,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente e dá outras providências. Diário Oficial da União de 3/6/2020, p. 5. Seção 1.

Lei n. 14.006, de 28 de maio de 2020. Altera a [Lei nº 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020, para estabelecer o prazo de 72 (setenta e duas) horas para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorize a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde registrados por autoridade sanitária estrangeira e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países; e dá outras providências. Diário Oficial da União de 29/5/2020, p. 1. Seção 1.

Lei n. 13.999, de 18 de maio de 2020. Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as [Leis nos 13.636](#), de 20 de março de 2018, [10.735](#), de 11 de setembro de 2003, e [9.790](#), de 23 de março de 1999. Diário Oficial da União de 19/5/2020, p. 1. Seção 1.

Nota: alterada pela [Lei nº 14.045](#), de 20/8/2020. Alterada pela [Lei nº 14.043](#), de 19/8/2020. Alterada pela [Lei nº 14.042](#), de 19/8/2020.

Lei n. 13.998, de 14 de maio de 2020. Promove mudanças no auxílio emergencial instituído pela [Lei nº 13.982](#), de 2 de abril de 2020; e dá outras providências. Diário Oficial da União de 15/5/2020, p. 2. Seção 1.

Lei n. 13.995, de 5 de maio de 2020. Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do

Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19. Diário Oficial da União de 6/5/2020, p. 3. Seção 1.

Lei n. 13.993, de 23 de abril de 2020. Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil. Diário Oficial da União de 24/4/2020, p. 2. Seção 1.

Lei n. 13.992, de 22 de abril de 2020. Suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União de 23/4/2020, p. 6. Seção 1.

NOTA: Ver também [Lei nº 14.061](#), de 23/9/2020. Ver também [Lei nº 14.123](#), de 10.3.2021

Lei n. 13.989, de 15 de abril de 2020. Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). Diário Oficial da União de 16/4/2020, p. 1. Seção 1.

Lei n. 13.989, de 15 de abril de 2020. Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). Diário Oficial da União de 16/4/2020, p. 1. Seção 1.

Lei n. 13.987, de 7 de abril de 2020. Altera a [Lei nº 11.947](#), de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Diário Oficial da União de 7/4/2020, p. 9. Seção 1. Ed. extra.

Lei n. 13.982, de 2 de abril de 2020. Altera a [Lei nº 8.742](#), de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a [Lei nº 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União de 2/4/ 2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-A.

Nota: Alterada pela [Lei nº 13.998](#), de 14/5/2020. Alterada pela [Lei nº 14.075](#), de 22/10/2020. Regulamentada pelo [Decreto nº 10.316](#), de 7/4/2020. Ver também: [Decreto nº 10.398](#), de 16/6/2020; [Decreto nº 10.412](#), de 30/6/2020; [Decreto nº 10.413](#), de 2/7/2020; [Decreto nº 10.537](#), de 28/10/2020.

Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União de 7/2/2020, p. 1. Seção 1.

Nota: alterada pela [Lei nº 14.006](#), de 28/5/2020 . Alterada pela [Lei nº 14.019](#), de 2/7/2020. Alterada pela [Lei nº 14.022](#), de 7/7/2020. Alterada pela [Lei nº 14.023](#), de 8/7/2020. Alterada pela [Lei nº 14.028](#), de 27/7/2020. Alterada pela [Lei nº 14.035](#), de 11/8/2020. Alterada pela [Lei nº 14.065](#), de 30/9/2020. Ver também [Medida Provisória nº 1.000](#), de 2/9/2020.

Medidas Provisórias

* **Medida Provisória nº 1.033, de 24 de fevereiro de 2021.** Altera a [Lei nº 11.508](#), de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de

Processamento de Exportação, para conceder tratamento à produção de oxigênio medicinal empregado em medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública relacionados com a covid-19. Diário Oficial da União de 25 de fevereiro de 2021, p.4. Seção1.

* **Medida Provisória nº 1.032, de 24 de fevereiro de 2021.** Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.861.205.000,00, para os fins que especifica. Diário Oficial da União de 25 de fevereiro de 2021, p.5. Seção1.

* **Medida Provisória nº 1.028, de 9 de fevereiro de 2021.** Estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da covid-19. Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2021, p.3. Seção1.

* **Medida Provisória nº 1.027, de 1º de fevereiro de 2021.** Dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas. Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2021, p.1. Seção1. Ed. Extra-A.

Medida Provisória nº 1.026, de 6 de janeiro de 2021. Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Diário Oficial da União de 6 de janeiro de 2021, p.1. Seção1. Ed. Extra-A.

Medida Provisória nº 1.024, de 31 de dezembro de 2020. Altera a Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020, para prorrogar o prazo de vigência de medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19. Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2020, p.1. Seção1. Ed. Extra-D.

Medida Provisória nº 1.023, de 31 de dezembro de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre o benefício de prestação continuada. Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2020, p.1. Seção1. Ed. Extra-D.

Medida Provisória nº 1.020, de 29 de dezembro de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 10.193.233.748,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2020, p.12. Seção1. Ed. Extra-B.

Medida Provisória nº 1.019, de 29 de dezembro de 2020. Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, para dispor sobre a execução e os prazos para realização das ações emergenciais destinadas ao setor cultural. Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2020, p.12. Seção1. Ed. Extra-B.

Medida Provisória nº 1.015, de 17 de dezembro de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 20.000.000.000,00, para o fim que especifica. Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2020, p.1. Seção1. Ed. Extra-A.

Medida Provisória nº 1.008, de 26 de outubro de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 228.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 27 de outubro de 2020, p.2. Seção1.

Medida Provisória nº 1.007, de 2 de outubro de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Economia, no valor de R\$ 98.270.969,00, para os fins que especifica. Diário Oficial da União de 5 de outubro de 2020, p.4. Seção1.

Medida Provisória nº 1.006, de 1º de outubro de 2020. Aumenta a margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social durante o período da pandemia de covid-19. Diário Oficial da União de 2 de outubro de 2020, p.3. Seção1.

Medida Provisória nº 1.005, de 30 de setembro de 2020. Dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas. Diário Oficial da União de 1º/10/2020, p. 6. Seção 1.

Medida Provisória nº 1.004, de 24 de setembro de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.513.700.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2020, p.1. Seção1. Ed. Extra-A.

Medida Provisória nº 1.003, de 24 de setembro de 2020. Autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas **Covid-19-Covax Facility**. Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2020, p.1. Seção1. Ed. Extra-A.

Medida Provisória nº 1.002, de 23 de setembro de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 10.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 24/9/2020, p. 6. Seção 1.

Medida Provisória nº 1.001, de 15 de setembro de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R\$ 264.866.289,00, para os fins que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 15/9/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-A.

Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020. Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a **Lei nº 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União de 3/9/2020, p. 3. Seção 1.
Nota: Regulamentada pelo **Decreto nº 10.488**, de 16/9/2020

Medida Provisória nº 999, de 2 de setembro de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 67.600.886.209,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 3/9/2020, p. 3. Seção 1.

Medida Provisória nº 997, de 31 de agosto de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 12.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 1º/9/2020, p. 4. Seção 1.

Medida Provisória nº 994, de 6 de agosto de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 1.994.960.005,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 6/8/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-A.

Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020. Dispõe sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte, sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias, sobre o compartilhamento de alienação fiduciária e sobre a

dispensa do cumprimento de exigências de demonstração de regularidade fiscal nas operações praticadas pelo Banco Central do Brasil em decorrência do disposto no art. 7º da [Emenda Constitucional nº 106](#), de 7 de maio de 2020, e altera a [Lei nº 13.476](#), de 28 de agosto de 2017, a [Lei nº 13.097](#), de 19 de janeiro de 2015, e a [Lei nº 6.015](#), de 31 de dezembro de 1973. Diário Oficial da União de 16/7/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-B.

Medida Provisória nº 991, de 15 de julho de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R\$ 160.000.000,00, para os fins que especifica. Diário Oficial da União de 16/7/2020, p. 9. Seção 1

Medida Provisória nº 990, de 9 de julho de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 3.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 10/7/2020, p. 3. Seção 1.

Medida Provisória nº 989, de 8 de julho de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 348.347.886,00, para os fins que especifica. Diário Oficial da União de 9/7/2020, p.1. Seção 1.

Medida Provisória n. 988, de 30 de junho de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 101.600.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 1º/7/2020, p. 5. Seção 1.

Medida Provisória nº 986, de 29 de junho de 2020. Estabelece a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6](#), de 20 de março de 2020, e as regras para a restituição ou a suplementação por meio de outras fontes próprias de recursos pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal. Diário Oficial da União de 30/6/2020, p. 3. Seção 1.

Medida Provisória nº 985, de 25 de junho de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 300.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 26/6/2020, p.1. Seção 1.

Medida Provisória n. 984, de 18 de junho de 2020. Altera a [Lei nº 9.615](#), de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a [Lei nº 10.671](#), de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, e dá outras providências, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a [Lei nº 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União de 18/6/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

Medida Provisória n. 983, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre as assinaturas eletrônicas em comunicações com entes públicos e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos. Diário Oficial da União de 17/6/2020, p. 7. Seção 1.

Medida Provisória n. 981, de 12 de junho de 2020. Revoga a [Medida Provisória nº 979](#), de 9 de junho de 2020, que dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a [Lei nº 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União de 12/6/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

Medida Provisória n. 979, de 9 de junho de 2020. Dispõe sobre a designação de dirigentes *pro tempore* para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a **Lei nº 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União de 10/6/2020, p. 2. Seção 1.

Nota: **Revogada pela MPv nº 981, de 2020.**

Medida Provisória n. 978, de 4 de junho de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 60.189.488.452,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 4/6/2020, p. 2. Seção 1. Ed. extra.

Medida Provisória n. 977, de 4 de junho de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 20.000.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 4/6/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

Medida Provisória n. 976, de 4 de junho de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 4.489.224.000,00, para o fim que especifica. Diário Oficial da União de 4/6/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

Medida Provisória n. 975, de 1º de junho de 2020. Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e altera a **Lei nº 12.087**, de 11 de novembro de 2009, e a **Lei nº 13.999**, de 18 de maio de 2020. Diário Oficial da União de 2/6/2020, p. 1. Seção 1.

Nota: Retificada no DOU de 2.6.2020 - Edição extra

Medida Provisória n. 974, de 28 de maio de 2020. Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Saúde. Diário Oficial da União de 28/5/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

Medida Provisória n. 972, de 26 de maio de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 15.900.000.000,00, para o fim que especifica e dá outras providências. Diário Oficial da União de 27/5/2020, p. 97. Seção 1.

Medida Provisória n. 970, de 25 de maio de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 29.058.260.654,00, para os fins que especifica e dá outras providências. Diário Oficial da União de 26/5/2020, p. 1. Seção 1.

Medida Provisória n. 969, de 19 de maio de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 10.000.000.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 20/5/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

Medida Provisória n. 968, de 19 de maio de 2020. Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Diário Oficial da União de 20/5/2020, p. 1. Seção 1.

Medida Provisória n. 967, de 19 de maio de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 5.566.379.351,00, para os fins que especifica e dá outras providências. Diário Oficial da União de 19/5/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

Medida Provisória n. 966, de 13 de maio de 2020. Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19. Diário Oficial da União de 14/5/2020, p. 6. Seção 1.

Nota: [Retificado no DOU de 15.5.2020](#)

Medida Provisória n. 965, de 13 de maio de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$ 408.869.802,00, para os fins que especifica. Diário Oficial da União de 14/5/2020, p. 5. Seção 1.

Medida Provisória nº 963, de 7 de maio de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 5.000.000.000,00, para o fim que especifica. Diário Oficial da União de 8/5/2020, p. 3. Seção 1

Medida Provisória n. 962, de 6 de maio de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e das Relações Exteriores, no valor de R\$ 418.800.000,00, para os fins que especifica. Diário Oficial da União de 7/5/2020, p. 6. Seção 1.

Medida Provisória n. 961, de 6 de maio de 2020. Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6](#), de 20 de março de 2020. Diário Oficial da União de 7/5/2020, p. 6. Seção 1.

Medida Provisória nº 960, de 30 de abril de 2020. Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback, que tenham sido prorrogados por um ano pela autoridade fiscal e tenham termo em 2020. Diário Oficial da União de 4/5/2020, p.1. Seção 1.

Medida Provisória n. 959, de 24 de abril de 2020. Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a [Medida Provisória nº 936](#), de 1º de abril de 2020, e prorroga a vacatio legis da [Lei nº 13.709](#), de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD. Diário Oficial da União de 29/4/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

Medida Provisória n. 958, de 24 de abril de 2020. Estabelece normas para a facilitação do acesso ao crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia de coronavírus (covid-19). Diário Oficial da União de 27/4/2020, p. 2. Seção 1.

Medida Provisória n. 957, de 24 de abril de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 500.000.000,00, para o fim que especifica. Diário Oficial da União de 27/4/2020, p. 1-2. Seção 1.

Medida Provisória n. 956, de 24 de abril de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 25.720.000.000,00, para o fim que especifica. Diário Oficial da União de 27/4/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

Medida Provisória n. 955, de 20 de abril de 2020. Revoga a [Medida Provisória n. 905](#), de 11 de novembro de 2019, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e altera a legislação trabalhista. Diário Oficial da União de 20/4/2020, p. 1 - Edição extra.

Medida Provisória n. 954, de 17 de abril de 2020. Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a [Lei nº 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União de 17/4/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

Medida Provisória n. 953, de 15 de abril de 2020. Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 2.550.000.000,00, para o fim que especifica. Diário Oficial da União de 16/4/2020, p. 4. Seção 1. Ed. Extra.

Medida Provisória nº 952, de 15 de abril de 2020. Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de tributos incidentes sobre a prestação de serviços de telecomunicações. Diário Oficial da União de 15/4/2020, p.1 . Seção 1. Ed. Extra.

Medida Provisória n. 951, de 15 de abril de 2020. Estabelece normas sobre compras públicas, sanções em matéria de licitação e certificação digital e dá outras providências. Diário Oficial da União de 15/4/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

Nota: [retificado no DOU de 15.4.2020](#) - Edição extra

Medida Provisória n. 950, de 8 de abril de 2020. Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6](#), de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19). Diário Oficial da União de 8/4/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

15

Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 900.000.000,00, para o fim que especifica. Diário Oficial da União de 8/4/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

Medida Provisória n. 948, de 8 de abril de 2020. Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6](#), de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Diário Oficial da União de 8/4/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

Medida Provisória n. 947, de 8 de abril de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.600.000.000,00, para os fins que especifica. Diário Oficial da União de 8/4/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

Medida Provisória n. 946, de 7 de abril de 2020. Extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 7/4/ 2020, p. 9. Seção 1. Ed. extra.

Medida Provisória n. 945, de 4 de abril de 2020. Dispõe sobre medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente da covid-19 no âmbito do setor portuário e sobre a cessão de pátios sob administração militar. Diário Oficial da União de 4/4/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

Medida Provisória n. 944, de 3 de abril de 2020. Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos. Diário Oficial da União de 3/4/2020, p. 5. Seção 1, Ed. extra.

Nota: [Republicado no D.O.U. de 04.04.2020](#) - Edição extra

Medida Provisória n. 943, de 3 de abril de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 34.000.000.000,00, para o fim que especifica. Diário Oficial da União de 3/4/2020, p. 4. Seção 1. Ed. extra-B

Medida Provisória n. 942, de 3 de abril de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R\$ 639.034.512,00, para os fins que especifica. Diário Oficial da União de 2/4/2020, p. 17. Seção 1. Ed. extra-B

Medida Provisória n. 941, de 2 de abril de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 2.113.789.466,00, para os fins que especifica. Diário Oficial da União de 2/4/2020, p. 2-17. Seção 1. Ed. extra-B.

Medida Provisória n. 940, de 2 de abril de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444.373.172,00, para os fins que especifica. Diário Oficial da União de 2/4/ 2020, p. 2. Seção 1. Ed. extra-B

Medida Provisória n. 939, de 2 de abril de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 16.000.000.000,00, para os fins que especifica. Diário Oficial da União de 2/4/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-B.

Medida Provisória n. 938, de 2 de abril de 2020. Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6](#), de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Diário Oficial da União de 2/4/2020, p. 1. Seção 1. ed. Extra-B.

Medida Provisória n. 937, de 2 de abril de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 98.200.000.000,00, para os fins que especifica. Diário Oficial da União de 2/4/2020, p. 2. Seção 1. Ed. Extra-A

Medida Provisória n. 936, de 1º de abril de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6](#), de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a [Lei nº 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 1º/4/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-D

Medida Provisória nº 935, de 1º de abril de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Economia, no valor de R\$ 51.641.629.500,00, para os fins que especifica. Diário Oficial da União de 1º/4/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-D

Medida Provisória n. 934, de 1º de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a **Lei nº 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União de 1º/4/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-A.

Medida Provisória n. 933, de 31 de março de 2020. Suspende, pelo prazo que menciona, o ajuste anual de preços de medicamentos para o ano de 2020. Diário Oficial da União de 31/3/ 2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-B.

Medida Provisória n. 932, de 31 de março de 2020. Altera as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos que especifica e dá outras providências. Diário Oficial da União de 31/3/2020, p.1. Ed. extra B

Medida Provisória nº 931, de 30 de março de 2020. Altera a **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a **Lei nº 5.764**, de 16 de dezembro de 1971, e a **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências.

Medida Provisória nº 930, de 30 de março de 2020. Dispõe sobre o tratamento tributário incidente sobre a variação cambial do valor de investimentos realizados por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em sociedade controlada domiciliada no exterior e sobre a proteção legal oferecida aos integrantes do Banco Central do Brasil no exercício de suas atribuições e altera a **Lei nº 12.865**, de 9 de outubro de 2013, que dispõe, dentre outras matérias, sobre os arranjos de pagamento e sobre as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro. Diário Oficial da União de 30/3/2020, p.1. Ed. Extra B

Medida Provisória nº 929, de 25 de março de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, das Relações Exteriores, da Defesa e da Cidadania, no valor de R\$ 3.419.598.000,00, para os fins que especifica. DOU de 25.3.2020, p.1. Edição extra-A.

Medida Provisória n. 928, de 23 de março de 2020. Altera a **Lei nº 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da **Medida Provisória nº 927**, de 22 de março de 2020. Diário Oficial da União de 23/3/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-C.

Medida Provisória n. 927, de 22 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo **Decreto Legislativo nº 6**, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. Diário Oficial da União de 22/3/ 2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-L.

Medida Provisória n. 926, de 20 de março de 2020. Altera a **Lei nº 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao

enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Diário Oficial da União de 20/3/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra- G.

Medida Provisória n. 925, de 18 de março de 2020. Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19. Diário Oficial da União de 19/3/2020, p. 4. Seção 1.

Medida Provisória nº 924, de 13 de março de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor de R\$ 5.099.795.979,00, para os fins que especifica Diário Oficial da União de 13/3/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra B.

Medida Provisória n. 905, de 11 de novembro de 2019. Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 12/11/2019. Seção 1.

Nota: **Revogada pela Medida Provisória n. 955, de 20/4/2020**

Decretos Legislativos

Decreto Legislativo n. 6/2020. Reconhece, para os fins do art. 65 da [Lei Complementar n. 101](#), de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem n. 93, de 18 de março de 2020. Diário Oficial da União de 20/3/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-C.

Decretos Numerados

* **Decreto nº 10.642, de 3 de março de 2021.** Altera o [Decreto nº 10.311](#), de 3 de abril de 2020, que institui o Conselho de Solidariedade para Combate à **Covid-19** e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos. . Diário Oficial da União de 4/3/2021, p. 3. Seção 1.

* **Decreto nº 10.614, de 29 de janeiro de 2021.** Altera o [Decreto nº 10.579](#), de 18 de dezembro de 2020, que estabelece regras para a inscrição de restos a pagar das despesas de que trata o art. 5º da [Emenda Constitucional nº 106](#), de 7 de maio de 2020. Diário Oficial da União de 1º/2/2021, p. 2. Seção 1.

Decreto nº 10.601, de 15 de janeiro de 2021. Reabre, em favor do Ministério da Saúde, crédito extraordinário, no valor de R\$ 1.682.804.743,00, aberto pela [Medida Provisória nº 1.004](#), de 24 de setembro de 2020. Diário Oficial da União de 15/1/2021, p. 1 - Edição Extra-A.

Decreto nº 10.595, de 7 de janeiro de 2021. Reabre, em favor do Ministério da Saúde, crédito extraordinário, no valor de R\$ 19.911.094.462,00, aberto pela [Medida Provisória nº 1.015](#), de 17 de dezembro de 2020. Diário Oficial da União de 7/1/2021, p. 1 - Edição Extra-A .

Decreto nº 10.594, de 29 de dezembro de 2020. Prorroga, de ofício, a vigência de convênios, contratos de repasse, termos de fomento, termos de colaboração, termos de parceria, termos de compromisso e outros instrumentos congêneres, celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal para transferências de recursos da União. Diário Oficial da União de 29/12/2020, p. 13. Edição Extra-B.

Decreto nº 10.579, de 18 de dezembro de 2020. Estabelece regras para a inscrição de restos a pagar das despesas de que trata o art. 5º da [Emenda Constitucional nº 106](#), de 7 de maio de 2020, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 18/12/2020, p. 1. Seção 1. Ed. Extra-B.

Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020. Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o art. 5º da [Lei nº 14.063](#), de 23 de setembro de 2020, quanto ao nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em interações com o ente público. Diário Oficial da União de 16/11/2020, p. 3. Seção 1.

Decreto nº 10.538, de 3 de novembro de 2020. Desobriga o conscrito dispensado do Serviço Militar Obrigatório de participar da cerimônia de juramento à Bandeira Nacional, em caráter emergencial e temporário, durante a vigência da declaração de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da covid-19. Diário Oficial da União de 4/11/2020, p.1. Seção 1

Decreto nº 10.537, de 28 de outubro de 2020. Altera o art. 154 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo [Decreto nº 3.048](#), de 6 de maio de 1999, e o art. 1º do [Decreto nº 10.413](#), de 2 de julho de 2020, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a prorrogar o período das antecipações de que tratam os art. 3º e art. 4º da [Lei nº 13.982](#), de 2 de abril de 2020. Diário Oficial da União de 29/10/2020, p.8. Seção 1

Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020. Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031. Diário Oficial da União de 27/10/2020, p.3. Seção 1.

Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020. Regulamenta o § 6º do art. 7º do [Decreto-Lei nº 288](#), de 28 de fevereiro de 1967, e o art. 2º da [Lei nº 8.387](#), de 30 de dezembro de 1991, que tratam do benefício fiscal concedido às empresas que produzem bens e serviços do setor de tecnologia da informação e de comunicação na Zona Franca de Manaus e que investem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá. Diário Oficial da União de 16/10/2020, p.5. Seção 1.

Decreto nº 10.517, de 13 de outubro de 2020. Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a [Lei nº 14.020](#), de 6 de julho de 2020. Diário Oficial da União de 14/10/2020, p.6. Seção 1.

Decreto nº 10.504, de 2 de outubro de 2020. Altera o [Decreto nº 6.306](#), de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. Diário Oficial da União de 2/10/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-A.

Decreto nº 10.503, de 2 de outubro de 2020. Prorroga a aplicação da redução das alíquotas de tributos de que tratam o [Decreto nº 10.285](#), de 20 de março de 2020, o [Decreto nº 10.302](#), de 1º de abril de 2020, o [Decreto nº 10.318](#), de 9 de abril de 2020, e o [Decreto nº 10.352](#), de 19 de maio de 2020. Diário Oficial da União de 2/10/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-A.

Decreto nº 10.489, de 17 de setembro de 2020. Altera o [Decreto nº 10.464](#), de 17 de agosto de 2020, que regulamenta a [Lei nº 14.017](#), de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública

reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6](#), de 20 de março de 2020. Diário Oficial da União de 18/9/2020, p. 2. Seção 1.

Decreto nº 10.488, de 16 de setembro de 2020. Regulamenta a [Medida Provisória nº 1.000](#), de 2 de setembro de 2020, que institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, altera o [Decreto nº 10.316](#), de 7 de abril de 2020, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 16/9/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-A

Decreto nº 10.470, de 24 de agosto de 2020. Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a [Lei nº 14.020](#), de 6 de julho de 2020. Diário Oficial da União de 24/8/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-A

Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020. Regulamenta a [Lei nº 14.017](#), de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Diário Oficial da União de 18/8/2020, p. 5. Seção 1.

NOTA: Alterado pelo [Decreto nº 10.489](#), de 17/9/2020.

Decreto nº 10.446, de 6 de agosto de 2020. Dispõe sobre a regulamentação da celebração de aditivos contratuais que versem sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016, de que trata a [Lei nº 13.499, de 26 de outubro de 2017](#), com as alterações promovidas pela [Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020](#). Diário Oficial da União de 6/8/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

20

Decreto nº 10.422, de 13 de julho de 2020. Prorroga os prazos para celebrar os acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a [Lei nº 14.020](#), de 6 de julho de 2020. Diário Oficial da União de 14/7/2020, p. 1. Seção 1.

Decreto nº 10.413, de 2 de julho de 2020. Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a prorrogar o período das antecipações de que tratam os art. 3º e art. 4º da [Lei nº 13.982](#), de 2 de abril de 2020. Diário Oficial da União de 2/7/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra B.

NOTA: Alterado pelo [Decreto nº 10.537](#), de 28/10/2020.

Decreto nº 10.412, de 30 de junho de 2020 - Altera o [Decreto nº 10.316](#), de 7 de abril de 2020, para prorrogar o período de pagamento do auxílio emergencial de que trata a [Lei nº 13.982](#), de 2 de abril de 2020. Diário Oficial da União de 1º/7/2020, p. 36. Seção 1.

Decreto nº 10.404, de 22 de junho de 2020. Altera o [Decreto nº 10.277](#), de 16 de março de 2020, que institui o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19. Diário Oficial da União de 23/6/2020, p. 1. Seção 1.

Decreto nº 10.398, de 16 de junho de 2020. Altera o [Decreto nº 10.316](#), de 7 de abril de 2020, para definir a base do Cadastro Único a ser utilizada para pagamento do auxílio emergencial estabelecido pelo art. 2º da [Lei nº 13.982](#), de 2 de abril de 2020. Diário Oficial da União de 17/6/2020, p. 9. Seção 1.

Decreto n. 10.360, de 21 de maio de 2020. Dispõe sobre a forma de identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos. Diário Oficial da União de 22/5/2020, p. 4. Seção 1.

Decreto n. 10.352, de 19 de maio de 2020. Reduz temporariamente a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre o produto que menciona. Diário Oficial da União de 19/5/2020, p. 3. Seção 1. Ed. extra.

Nota: Prorrogada a aplicação da redução das alíquotas de tributos pelo [Decreto nº 10.503](#), de 2/10/2020.

Decreto n. 10.350, de 18 de maio de 2020. Dispõe sobre a criação da Conta destinada ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6](#), de 20 de março de 2020 e regulamenta a [Medida Provisória nº 950](#), de 8 de abril de 2020, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 18/5/2020, p. 1. Seção 1- Ed. extra.

Decreto n. 10.344, de 11 de maio de 2020. Altera o [Decreto nº 10.282](#), de 20 de março de 2020, que regulamenta a [Lei nº 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Diário Oficial da União de 11/5/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

Decreto n. 10.342, de 7 de maio de 2020. Altera o [Decreto nº 10.282](#), de 20 de março de 2020, que regulamenta a [Lei nº 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Diário Oficial da União de 7/5/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

Decreto n. 10.329, de 28 de abril de 2020. Altera o [Decreto nº 10.282](#), de 20 de março de 2020, que regulamenta a [Lei nº 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Diário Oficial da União de 29/4/2020, p. 5. Seção 1.

Nota: [Retificado em 4.5.2020](#).

Decreto nº 10.318, de 9 de abril de 2020. Reduz temporariamente as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre os produtos que menciona. Diário Oficial da União de 9/4/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-B.

Nota: Prorrogada a aplicação da redução das alíquotas de tributos pelo [Decreto nº 10.503](#), de 2/10/2020.

Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020. Regulamenta a [Lei nº 13.982](#), de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Diário Oficial da União de 7/4/2020, p. 10. Seção 1. Ed. extra.

Nota: alterado pelo [Decreto nº 10.398](#), de 16/6/2020. Alterado pelo [Decreto nº 10.412](#), de 30/6/2020. Alterado pelo [Decreto nº 10.488](#), de 16/9/2020.

Decreto nº 10.315, de 6 de abril de 2020. Prorroga, de ofício, a vigência de instrumentos e o prazo para bloqueio dos restos a pagar de transferências voluntárias. Diário Oficial da União de 7/4/2020, p. 2. Seção 1. Ed. extra.

Decreto nº 10.314, de 6 de abril de 2020. Altera o [Decreto nº 9.764](#), de 11 de abril de 2019, que dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços, sem ônus ou encargos, de

pessoas físicas ou jurídicas de direito privado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União de 7/4/2020, p.1. Seção 1.

Decreto n. 10.312, de 4 de abril de 2020. Amplia, temporariamente, o escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia da covid-19. Diário Oficial da União de 4/4/2020, p. 2. Seção 1. Ed. extra.

Decreto n. 10.311, de 3 de abril de 2020. Institui o Conselho de Solidariedade para Combate à Covid-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos. Diário Oficial da União de 3/4/2020, p. 6. Seção 1. Ed. extra-B.

Nota: Retificado em 4.4.2020 edição extra. Alterado pelo Decreto nº 10.642, de 3/3/2021

Decreto n. 10.308, de 2 de abril de 2020. Dispõe sobre requisição de bens e serviços prestados por empresas públicas vinculadas ao Ministério da Infraestrutura durante o período do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus (Covid-19). Diário Oficial da União de 3/4/2020, p. 9. Seção 1.

Decreto nº 10.305, de 1º de abril de 2020. Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários. Diário Oficial da União de 2/4/2020, p.1 . Seção 1.

Decreto n. 10.302, de 1º de abril de 2020. Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona. Diário Oficial da União de 1º/4/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-A.

Nota: Prorrogada a aplicação da redução das alíquotas de tributos pelo Decreto nº 10.503, de 2/10/2020.

Decreto n. 10.300, de 30 de março de 2020. Altera o Decreto nº 10.277, de 16 de março de 2020, para dispor sobre a composição do Centro de Coordenação de Operações do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19. Diário Oficial da União de 31/3/2020, p. 3. Seção 1.

Decreto nº 10.295, de 30 de março de 2020. Altera o Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2020. Diário Oficial da União de 30/3/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra.

Decreto nº 10.294, de 30 de março de 2020. Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério de Minas e Energia e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 142.004.435,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Diário Oficial de 30/3/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra C

Decreto n. 10.292, de 25 de março de 2020. Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Diário Oficial da União de 26/3/2020, p. 1. Seção 1.

Decreto n. 10.289 de 24 de março de 2020. Altera o [Decreto nº 10.277](#), de 16 de março de 2020, para instituir o Centro de Coordenação de Operações, no âmbito do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid19. Diário Oficial da União de 24/3/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-A.

Decreto n. 10.288 de 22 de março de 2020. Regulamenta a [Lei nº 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020, para definir as atividades e os serviços relacionados à imprensa como essenciais. Diário Oficial da União de 22/3/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-J.

Decreto n. 10.285 de 20 de março de 2020. Reduz temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre os produtos que menciona. Diário Oficial da União de 22/3/2020. p. 4. Seção 1. Ed. extra-G.

Nota: Prorrogada a aplicação da redução das alíquotas de tributos pelo [Decreto nº 10.503](#), de 2/10/2020.

Decreto n. 10.284 de 20 de março de 2020. Dispõe sobre a dilação do prazo de vencimento das tarifas de navegação aérea, durante o período de enfrentamento da pandemia da covid-19. Diário Oficial da União de 20/3/2020, p. 4. Seção 1. Ed. extra-G.

Decreto n. 10.284 de 20 de março de 2020. Dispõe sobre a dilação do prazo de vencimento das tarifas de navegação aérea, durante o período de enfrentamento da pandemia da covid-19. Diário Oficial da União de 20/3/2020, p. 4. Seção 1. Ed. extra-G.

Decreto nº 10.283, de 20 de março de 2020. Institui o Serviço Social Autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde – Adaps. Diário Oficial da União de 20/3/2020. Seção 1. Ed. extra-G.

Decreto n. 10.282, de 20 de março de 2020. Regulamenta a [Lei nº 13.979](#), de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Diário Oficial da União de 20/3/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-G

Nota: republicado em 21.03.2020 – Ed. extra- H. Alterado pelo [Decreto nº 10.292](#), de 25/3/2020. Alterado pelo [Decreto nº 10.329](#), de 28/4/2020. Alterado pelo [Decreto nº 10.342](#), de 7/5/2020. Alterado pelo [Decreto nº 10.344](#), de 8/5/2020.

Decreto n. 10.277, de 16 de março de 2020. Institui o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19. Diário Oficial da União de 16/3/2020, p. 1. Seção 1. Ed. extra-C.

Nota: republicado em 16.3.2020 - Edição extra - D e republicado em 17.3.2020 - Edição extra - A. Alterado pelo [Decreto nº 10.289](#), de 24/3/2020. Alterado pelo [Decreto nº 10.300](#), de 30/3/2020. Alterado pelo [Decreto nº 10.404](#), de 22/6/2020.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL (Goiás)

Leis Ordinárias

* **Lei nº 20.970, de 1º de março de 2021.** Dispõe sobre o índice de atualização monetária nas situações que especifica para o ano de 2021, em função da situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás pela disseminação do novo coronavírus (COVID-19). Diário Oficial do Estado de 2/3/2021

Lei nº 20.960, de 12 de janeiro de 2021. Assegura à pessoa residente no Estado de Goiás o direito de não se submeter de forma compulsória à vacinação que especifica. Diário Oficial do Estado de 21/12/2020 – Suplemento.

Lei nº 20.931, de 22 de dezembro de 2020. Autoriza a abertura de crédito especial à Secretaria de Estado da Economia, até o valor de R\$ 3.768.533,00 (três milhões, setecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e trinta e três reais). Diário Oficial do Estado de 23/12/2020

Lei nº 20.922, de 21 de dezembro de 2020. Dispensa as pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências do uso obrigatório de máscaras. Diário Oficial do Estado de 21/12/2020

Lei nº 20.921, de 21 de dezembro de 2020. Autoriza a abertura de crédito extraordinário em favor do Fundo Estadual de Saúde – FES, no valor de R\$ 20.235.673,49 (vinte milhões, duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e três reais e quarenta e nove centavos). Diário Oficial do Estado de 21/12/2020

Lei nº 20.920, de 21 de dezembro de 2020. Autoriza a abertura de crédito extraordinário no valor de R\$ 175.172.773,20 (cento e setenta e cinco milhões, cento e setenta e dois mil, setecentos e setenta e três reais e vinte centavos) em favor do Fundo Estadual de Saúde — FES. Diário Oficial do Estado de 21/12/2020

Lei nº 20.891, de 28 de outubro de 2020. Determina a disponibilização de todos os informativos sobre medidas de prevenção e demais precauções contra o Novo Coronavírus (COVID-19) em LIBRAS. Diário Oficial do Estado de 29/10/2020

Lei nº 20.880, de 15 de outubro de 2020. Institui a Política Estadual Emergencial de Enfrentamento à COVID-19, no âmbito dos territórios indígenas e quilombolas. Diário Oficial do Estado de 16/10/2020.

Lei nº 20.871, de 08 de outubro de 2020. Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de equipamentos de proteção individual a todos os trabalhadores durante a pandemia do COVID-19. Diário Oficial do Estado de 8/10/2020 – Suplemento.

Lei nº 20.840, de 02 de setembro de 2020 - Suspende, extraordinariamente as medidas administrativas que especifica, em função da situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, pela disseminação do novo coronavírus (COVID-19). Diário Oficial do Estado de 3/9/2020.

Lei nº 20.821, de 04 de agosto de 2020. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021 e dá outras providências - Estabelecendo que as prioridades do governo permanecem sendo a

saúde e educação, e com possibilidade de adequações em razão dos impactos econômicos da pandemia do novo coronavírus. Diário Oficial do Estado de 5/8/2020 – Suplemento.

Lei nº 20.820, de 04 de agosto de 2020. Altera a Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019, que estabelece a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências. (Criação da Secretaria de Estado da Retomada). Diário Oficial do Estado de 4/8/2020 – Suplemento.

Lei nº 20.817, de 27 de julho de 2020. Abre crédito extraordinário em favor do Fundo Estadual de Saúde – FES, no valor de R\$ 304.142.302,29 (trezentos e quatro milhões, cento e quarenta e dois mil, trezentos e dois reais e vinte nove centavos) e em favor do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS no valor de R\$ 260.325,00 (duzentos e sessenta mil e trezentos e vinte cinco reais), para os fins que especifica e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de 27/7/2020 – Suplemento.

Lei nº 20.810, de 15 de julho de 2020. Institui a Política Estadual “NA HORA DE ABASTECER, ESCOLHA ETANOL”, no prazo que especifica, no âmbito do Estado de Goiás (COVID-19) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de 16/7/2020.

Lei nº 20.809, de 15 de julho de 2020. Institui a Política Estadual “DÊ UMA FORÇA PARA GOIÁS”, no prazo que especifica, no âmbito do Estado de Goiás, para incentivar o consumo de produtos e serviços goianos, por meio de ações que visem a minimizar os efeitos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Diário Oficial do Estado de 16/7/2020.

Lei nº 20.795, de 10 de junho de 2020. Autoriza o Chefe do Poder Executivo Estadual de Goiás a firmar termo de colaboração entre a Administração Pública e a FUNDAHC – Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás para a operação, e/ou gestão de Hospitais de Campanha. Diário Oficial do Estado de 10/6/2020. Diário Oficial do Estado de 10/6/2020 - Suplemento

Lei nº 20.783, de 02 de junho de 2020. Revoga a Lei nº 20.768, de 15 de abril de 2020, que dispõe sobre a venda dos produtos de higiene pessoal e alimentícios na forma que menciona, em razão da situação de emergência de saúde pública decorrente da epidemia do Coronavírus (COVID-19). Diário Oficial do Estado de 3/6/2020. Diário Oficial do Estado de 3/6/2020.

Lei nº 20.773, de 08 de maio de 2020. Institui o Regime Extraordinário de Licenciamento Ambiental - REL como medida de enfrentamento da situação extrema de âmbito econômico no Estado de Goiás, provocada em razão da decretação de estado de calamidade pública, decorrente da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19). Diário Oficial do Estado de 11/5/2020.

Lei nº 20.772, de 08 de maio de 2020. Autoriza a abertura de 4 (quatro) créditos extraordinários ao Fundo Estadual de Saúde - FES, no valor de R\$ 351.588.281,72 (trezentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, duzentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos). Diário Oficial do Estado de 8/5/2020 – Suplemento.

Lei nº 20.771, de 06 de maio de 2020. Permite aos municípios o uso de recursos repassados pelo Estado de Goiás, por emendas parlamentares, em ações de combate ao COVID-19. Diário Oficial do Estado de 7/5/2020.

Lei nº 20.768, de 15 de abril de 2020. Dispõe sobre a venda dos produtos de higiene pessoal e alimentícios na forma que menciona, em razão da situação de emergência de saúde pública decorrente da epidemia do Coronavírus (COVID-19). Diário Oficial do Estado de 15/4/2020 – Suplemento.

Nota: **Revogada pela Lei nº 20.783, de 2/6/2020.**

Decretos Numerados

* **Decreto nº 9.828, de 16 de março de 2021.** Dispõe sobre a retomada do revezamento previsto no caput do art. 2º do [Decreto nº 9.653](#), de 19 de abril de 2020, altera essa norma e revoga o [Decreto nº 9.700](#), de 27 de julho de 2020. DOE de 16/03/2021. Diário Oficial do Estado de 16.3.2021

* **Decreto nº 9.821, de 1º de março de 2021.** Dispõe sobre a metodologia para a definição do grau de impacto ambiental para o cumprimento da compensação ambiental definida no art. 9º da [Lei estadual nº 20.773](#), de 8 de maio de 2020, que institui o Regime Extraordinário de Licenciamento Ambiental – REL como medida de enfrentamento da situação extrema de âmbito econômico no Estado de Goiás, provocada em razão da decretação de estado de calamidade pública, decorrente da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19). Diário Oficial do Estado de 2.3.2021

* **Decreto nº 9.819, de 27 de fevereiro de 2021.** Altera o [Decreto nº 9.751](#), de 30 de novembro de 2020, que Dispõe sobre as medidas de gestão de pessoas do Poder Executivo do Estado de Goiás durante a situação de emergência em saúde pública. Diário Oficial do Estado de 27.2.2021 – Suplemento.

Decreto nº 9.803, de 26 de janeiro de 2021. Estabelece medida excepcional de restrição ao comércio de bebidas alcoólicas. Diário Oficial do Estado de 26.1.2021 – Suplemento.

Decreto nº 9.798, de 26 de janeiro de 2021. Altera o [Decreto nº 8.465](#), de 5 de outubro de 2015, que regulamenta o controle de frequência do servidor da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. Diário Oficial do Estado de 26.1.2021 – Suplemento.

Decreto nº 9.778, de 07 de janeiro de 2021. Prorroga o prazo de que trata o [Decreto nº 9.653](#), de 19 de abril de 2020, situação de emergência na saúde pública no Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19, e dá outra providência. Diário Oficial do Estado de 7.1.2021.

Decreto nº 9.770, de 21 de dezembro de 2020. Altera o [Decreto nº 9.751](#), de 30 de novembro de 2020, que dispõe sobre as medidas de gestão de pessoas do Poder Executivo do Estado de Goiás durante a situação de emergência em saúde pública. Diário Oficial do Estado de 22.12.2020.

Decreto nº 9.751, de 30 de novembro de 2020. Dispõe sobre as medidas de gestão de pessoas do Poder Executivo do Estado de Goiás durante a situação de emergência em saúde pública. Diário Oficial do Estado de 30.11.2020 – Suplemento.

Nota: Revoga o [Decreto nº 9.634](#), de 13 de março de 2020. Alterado pelo [Decreto nº 9.819](#), de 27 de fevereiro de 2021

Decreto nº 9.740, de 06 de novembro de 2020. Dispõe sobre o encerramento da execução orçamentária, financeira e contábil do exercício financeiro de 2020. Diário Oficial do Estado de 6.11.2020 – Suplemento.

Decreto nº 9.737, de 27 de outubro de 2020. Estabelece medidas de racionalização de gastos com pessoal e outras despesas correntes e de capital, na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e nas empresas estatais dependentes. Diário Oficial do Estado de 28/9/2020 – Suplemento.

Nota: Revoga os Decretos nº 9.376, de 2 de janeiro de 2019, e nº 9.649, de 13 de abril de 2020.

Decreto nº 9.719, de 29 de setembro de 2020. Dispõe sobre a aplicação no âmbito do Estado de Goiás das ações emergenciais destinadas ao setor cultural, instituídas pela [Lei Federal nº 14.017](#), de 29 de junho de 2020, denominada Lei Aldir Blanc, cria o Comitê Gestor responsável por administrar a Lei Emergencial da Cultura e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de 29/9/2020

Decreto nº 9.711, de 10 de setembro de 2020. Prorroga os prazos de que tratam os Decretos nº 9.634, de 13 de março de 2020, e nº 9.653, de 19 de abril de 2020. Diário Oficial do Estado de 10/9/2020 – Suplemento.

Decreto nº 9.708, de 02 de setembro de 2020. Regulamenta o Programa Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores instituído pela [Lei nº 20.637](#), de 12 de novembro de 2019. Diário Oficial do Estado de 2/9/2020 – Suplemento.

Decreto nº 9.700, de 27 de julho de 2020. Altera o sistema de revezamento implementado no art. 2º do [Decreto nº 9.653](#), de 19 de abril de 2020, com a redação dada pelo [Decreto nº 9.685](#), de 29 de junho de 2020. Diário Oficial do Estado de 27/7/2020 – Suplemento.

Nota: **Revogado pelo Decreto nº 9.828, de 16.3.2021**

Decreto nº 9.692, de 13 de julho de 2020. Altera o [Decreto nº 9.653](#), de 19 de abril de 2020, que dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19. Diário Oficial do Estado de 13/7/2020 – Suplemento.

Decreto nº 9.691, de 08 de julho de 2020. Declara, no âmbito do território estadual, estado de calamidade pública, em razão dos impactos socioeconômicos, financeiros e no sistema de saúde público decorrentes da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19). Doenças infecciosas virais - COBRADE 1.5.1.1.0. Diário Oficial do Estado de 8/7/2020 – Suplemento.

Decreto nº 9.687, de 1º de julho de 2020. Dispõe sobre a suspensão dos prazos de processos administrativos no âmbito da administração direta e indireta do Estado de Goiás, nos termos que especifica. Diário Oficial do Estado de 1º/7/2020 – Suplemento.

Decreto nº 9.685, de 29 de junho de 2020. Altera o [Decreto nº 9.653](#), de 19 de abril de 2020. Medidas para contenção de transmissão do coronavírus COVID-19. Diário Oficial do Estado de 29/6/2020 – Suplemento.

Decreto nº 9.677, de 18 de junho de 2020. Altera o [Decreto nº 9.649](#), de 13 de abril de 2020, que institui o Plano de Contingenciamento de Gastos para o Enfrentamento da Pandemia de Covid-19. Diário Oficial do Estado de 18/6/2020 – Suplemento.

Decreto nº 9.675, de 16 de junho de 2020. Autoriza a Secretaria de Estado da Saúde a celebrar e a manter os contratos temporários que especifica. Diário Oficial do Estado de 16/6/2020 – Suplemento.

Decreto nº 9.674, de 10 de junho de 2020. Dispõe sobre a limitação de atividades na região do Rio Araguaia que impliquem em aglomeração de pessoas para lazer e turismo, como forma de combate à disseminação da COVID-19 no Estado de Goiás. Diário Oficial do Estado de 10/6/2020 - Suplemento.

Decreto nº 9.669, de 28 de maio de 2020. Altera o [Decreto nº 9.653](#), de 19 de abril de 2020, o qual dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19. Diário Oficial do Estado de 29/5/2020.

Decreto nº 9.668, de 28 de maio de 2020. Institui o Portal Goiás Digital, determina aos órgãos da Administração Pública estadual a atualização urgente das suas Cartas de Serviços, no contexto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de 29/5/2020.

Decreto nº 9.656, de 24 de abril de 2020. Altera o [Decreto nº 9.653](#), de 19 de abril de 2020, o qual dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19. Diário Oficial do Estado de 24/4/2020.

Decreto nº 9.655, de 23 de abril de 2020. Dispõe sobre a possibilidade de os servidores públicos se tornarem voluntários para prestação de serviços humanitários ou trabalhos sociais, em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19). Diário Oficial do Estado de 24/4/2020 – Suplemento.

Decreto nº 9.654, de 23 de abril de 2020. Dispõe sobre a utilização de benefícios fiscais nos termos em que especifica. Diário Oficial do Estado de Goiás de 23/4/2020 – Suplemento.

Decreto nº 9.653, de 19 de abril de 2020. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19. Diário Oficial do Estado de Goiás de 19/4/2020. Ed. extra.

Nota: Alterado pelo [Decreto nº 9.656](#), de 24/4/2020, pelo [Decreto nº 9.669](#), de 28/5/2020, pelo [Decreto nº 9.685](#), de 29/6/2020, pelo [Decreto nº 9.692](#), de 13/6/2020. Revoga o [Decreto nº 9.633](#), de 13/3/2020. Ver também [Decreto nº 9.700](#), de 27/7/2020, que prorroga período de funcionamento do art. 2º. Prazos prorrogados pela [Lei nº 9.711](#), de 10.9.2020. Prazo prorrogado pelo [Decreto nº 9.778](#), de 7/1/2021. Alterado pelo [Decreto nº 9.828](#), de 16.3.2021

Decreto nº 9.649, de 13 de abril de 2020. Institui o Plano de Contingenciamento de Gastos para o Enfrentamento da Pandemia de Covid-19. Diário Oficial do Estado de Goiás de 13/4/2020 – Suplemento.

Nota: Alterado pelo [Decreto nº 9.677](#), de 18/6/2020. **Revogado pelo Decreto nº 9.737, de 27/10/2020**

Decreto nº 9.647, de 06 de abril de 2020. Cria o Comitê Estadual Socioeconômico de Enfrentamento ao Coronavírus - COVID-19 no Estado de Goiás. Diário Oficial do Estado de Goiás de 6/4/2020 – Suplemento.

Decreto nº 9.645, de 03 de abril de 2020. Altera o [Decreto nº 9.633](#), de 13 de março de 2020. Diário Oficial do Estado de Goiás de 3/4/2020 – Suplemento.

Decreto nº 9.644, de 26 de março de 2020. Altera o [Decreto nº 9.633](#), de 13 de março de 2020. Diário Oficial do Estado de Goiás de 26/3/2020 – Suplemento.

Decreto nº 9.643, de 25 de março de 2020. Regulamenta o programa de alimentação escolar da rede pública de ensino durante o período de suspensão das aulas para enfrentamento ao COVID-19 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Goiás de 25/3/2020 – Suplemento.

Decreto nº 9.638, de 20 de março de 2020. Altera o [Decreto nº 9.633](#), de 13 de março de 2020 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Goiás de 20/3/2020 – Suplemento.

Decreto nº 9.637, de 17 de março de 2020. Altera o [Decreto nº 9.633](#), de 13 de março de 2020. Diário Oficial do Estado de Goiás de 17/3/2020 – Suplemento.

Decreto nº 9.634, de 13 de março de 2020. Estabelece os procedimentos preventivos de emergência a serem adotados pelo Poder Executivo do Estado de Goiás e seus servidores, em razão de pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Diário Oficial do Estado de Goiás de 14/3/2020.

Nota: Prazos prorrogados [pela Lei nº 9.711](#), de 10.9.2020. **Revogado pelo Decreto nº 9.751, de 30/11/2020.**

Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV). Diário Oficial do Estado de Goiás de 13/3/2020 – Suplemento.

Nota: **Revogado pelo Decreto nº 9.653, de 19/4/2020.**

Decretos Legislativos

Decretos Legislativos nº 501, 502 e 503 de 25 de março de 2020. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Governador do Estado de Goiás, encaminhada por meio do Ofício Mensagem nº 98, de 23 de março de 2020.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Goiânia)

Leis Ordinárias

* **Lei nº 10.599, de 12 de fevereiro de 2021.** Dispõe sobre a suspensão do feriado de terça-feira de Carnaval no ano de 2021. Diário Oficial do Município de Goiânia de 12/02/2021.

* **Lei nº 10.598, de 11 de fevereiro de 2021.** Institui o Programa Renda Família no Município de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 11/02/2021.

Lei nº 10.558, de 18 de novembro de 2020. Dispõe sobre a determinação obrigatória de higienização periódica em carrinhos e cestas de compras em supermercados e estabelecimentos congêneres. Diário Oficial do Município de Goiânia de 18/11/2020.

Lei nº 10.555, de 12 de novembro de 2020. Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso e fornecimento de máscaras em estabelecimentos públicos, industriais, comerciais, como medida de enfrentamento à disseminação do Coronavírus (Sars-CoV-2), causador da COVID-19, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Goiânia de 12/11/2020.

Lei nº 10.545, de 04 de novembro de 2020. Torna obrigatório o uso de máscara de proteção facial no Município de Goiânia e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Goiânia de 4/11/2020

Lei nº 10.541, de 22 de outubro de 2020. Assegura aos usuários a oferta gratuita e torna obrigatória a instalação de recipientes contendo álcool gel antisséptico no interior dos transportes públicos coletivos, nas dependências de terminais e plataformas, de rodoviárias e de aeroportos, no âmbito do Município de Goiânia e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Goiânia de 28/10/2020

Lei nº 10.509, de 13 de agosto de 2020. Altera e acrescenta dispositivos nas leis que especifica, inclusive na **Lei nº 8.546**, de 23/7/2007, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal. Diário Oficial do Município de Goiânia de 13/8/2020.

Lei nº 10.506, de 13 de agosto de 2020. Dispõe sobre a aplicação de penalidade pela prática de elevação abusiva de preços enquanto vigorar a situação de calamidade pública no Município de Goiânia e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Goiânia de 13/8/2020.

Decretos Numerados

* **Decreto nº 1.897, de 13 de março de 2021.** Altera o **Decreto nº 1.601**, de 22 de fevereiro de 2021, que "Mantém SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Município de Goiânia e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia da COVID-19 provocada pelo SARS-CoV-2 e suas variantes, no âmbito do Poder Executivo do Município de Goiânia". Diário Oficial do Município de Goiânia de 13/3/2021

* **Decreto nº 1.757, de 07 de março de 2021.** Altera o **Decreto nº 1.601**, de 22 de fevereiro de 2021. Diário Oficial do Município de Goiânia de 7/3/2021.

* **Decreto nº 1.733, de 03 de março de 2021.** Institui prazo de validade excepcional para certidões emitidas pelo Município de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 3/3/2021.

* **Decreto nº 1.700, de 02 de março de 2021.** Dispõe sobre a atuação da Guarda Civil Metropolitana, em caráter excepcional e temporário, durante a vigência da situação de emergência no Município de Goiânia em razão da pandemia da COVID-19. Diário Oficial do Município de Goiânia de 2/3/2021.

* **Decreto nº 1.646, de 27 de fevereiro de 2021.** Altera o [Decreto nº 1.601](#), de 22 de fevereiro de 2021, que "Mantém SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Município de Goiânia e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia da COVID-19 provocada pelo SARS-CoV-2 e suas variantes, no âmbito do Poder Executivo do Município de Goiânia." Diário Oficial do Município de Goiânia de 27/2/2021.

* **Decreto nº 1.612, de 23 de fevereiro de 2021.** Altera o [Decreto nº 1.601](#), de 22 de fevereiro de 2021, que "Mantém SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Município de Goiânia e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia da COVID-19 provocada pelo SARS-CoV-2 e suas variantes, no âmbito do Poder Executivo do Município de Goiânia". Diário Oficial do Município de Goiânia de 23/2/2021.

* **Decreto nº 1.601, de 22 de fevereiro de 2021.** Mantém SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Município de Goiânia e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia da COVID-19 provocada pelo SARS-CoV-2 e suas variantes, no âmbito do Poder Executivo do Município de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 22/2/2021.

NOTA: Alterado pelo [Decreto nº 1.612](#), de 23/2/2021. Alterado pelo [Decreto nº 1.646](#), de 27/2/2021. Alterado pelo [Decreto nº 1.757](#), de 7/3/2021. Alterado pelo [Decreto nº 1.897](#), de 13/3/2021.

* **Decreto nº 1597, de 22 de fevereiro de 2021.** Regulamenta a Lei nº 10.598, de 11 de fevereiro de 2021, que "Institui o Programa Renda Família no Município de Goiânia". Diário Oficial do Município de Goiânia de 22/2/2021.

* **Decreto nº 930, de 01 de fevereiro de 2021.** Altera o [Decreto nº 1.957](#), de 10 de novembro de 2020, passando o art. 1º a vigorar com a seguinte redação: "*Art. 1º Fica prorrogado o prazo de que trata o art. 2º do Decreto nº 1.589, de 28 de agosto de 2020, para 31 de dezembro de 2021.*". Diário Oficial do Município de Goiânia de 1º/2/2021.

* **Decreto nº 756, de 28 de janeiro de 2021** Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Extraordinários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 28/1/2021.

* **Decreto nº 755, de 28 de janeiro de 2021** Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 28/1/2021

* **Decreto nº 690, de 27 de janeiro de 2021.** Estabelece normas para o funcionamento das atividades econômicas que especifica para a prevenção e enfrentamento da pandemia da COVID-19 e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Goiânia de 27/1/2021.

Decreto nº 036, de 06 de janeiro de 2021. Altera o [Decreto nº 829](#), de 24 de março de 2020, que Institui o Gabinete de Gestão de Crise COVID-19. Diário Oficial do Município de Goiânia de 6/1/2021.

Decreto nº 2183, de 23 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 23/12/2020.

Decreto nº 2.174, de 21 de dezembro de 2020. Estabelece normas para o período da pandemia da COVID-19 (utilização do Parque Mutirama), altera o [Decreto nº 736](#), de 13/3/2020 que especifica e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Goiânia de 21/12/2020.

Decreto nº 2169, de 17 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Extraordinários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 17/12/2020.

Decreto nº 2.167, de 16 de dezembro de 2020. Altera o [Decreto nº 2.391](#), de 03/06/2009 (que "Atribui competência à Controladoria Geral do Município para verificação da regularidade das despesas da Administração Direta, Autárquica, Fundacional, dos Fundos Especiais, das Agências Executivas e das Empresas Públicas controladas pela municipalidade), para incluir no art. 2º, o § 6º, com a seguinte redação: "*§ 6º Excetuam-se do disposto no caput deste artigo os pagamentos das ações emergenciais previstas na Lei Federal nº 14.017/2020, então abarcadas pelos Editais de Chamadas Públicas nºs 001 e 002/2020 da Secretaria Municipal de Cultura, que deverão ser encaminhadas para o Controle Interno Municipal após a quitação da obrigação para verificação e controle posterior.*" Diário Oficial do Município de Goiânia de 16/12/2020.

Decreto nº 2.128, de 10 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 10/12/2020

Decreto nº 2.064, de 1º de dezembro de 2020. Altera o [Decreto nº 1.044](#), de 15/05/2020, que "Dispõe sobre o Plano de Contingenciamento nos termos da Recomendação Conjunta nº 01/2020, de 14/04/2020, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás. Diário Oficial do Município de Goiânia de 1º/12/2020

Decreto nº 2.046, de 30 de novembro de 2020. Altera o [Decreto nº 1.436](#), de 5/8/2020, que constituiu Comissão Técnica de Elaboração e Gestão do Protocolo de Procedimentos para o Manejo dos Resíduos Sólidos Recicláveis frente à pandemia por COVID – 19 no Município de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 30.11.2020

Decreto nº 2.015, de 23 de novembro de 2020. Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 23/11/2020.

Decreto nº 2.014, de 23 de novembro de 2020. Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 23/11/2020.

Decreto nº 2.005, de 20 de novembro de 2020. Retifica o [Decreto nº 1.684](#), de 21 de setembro de 2020. Diário Oficial do Município de Goiânia de 20/11/2020.

Decreto nº 1.968, de 11 de novembro de 2020. Altera os [Decretos nº 1.242](#), de 30 de junho de 2020 e [nº 1.313](#), de 13 de julho de 2020, e dá outras providências. (Uso de máscaras, multa, vedações de atividades). Diário Oficial do Município de Goiânia de 11/11/2020.

Decreto nº 1.957, de 10 de novembro de 2020. Altera prazo do [Decreto nº 1.589](#), de 28 de agosto de 2020. Diário Oficial do Município de Goiânia de 10/11/2020.

Nota: Alterado pelo [Decreto nº 930](#), de 01/02/2021

Decreto nº 1.938, de 06 de novembro de 2020. Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Extraordinários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 6/11/2020.

Decreto nº 1.937, de 06 de novembro de 2020. Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Extraordinários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 6/11/2020.

Decreto nº 1.899, de 28 de outubro de 2020. Altera os [Decretos nº 751](#), de 16 de março de 2020 e [nº 896](#), de 13 de abril de 2020. Diário Oficial do Município de Goiânia de 28/10/2020

Decreto nº 1.897, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Extraordinários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 27/10/2020.

Decreto nº 1.851, de 19 de outubro de 2020. Altera os [Decretos nº 751](#), de 16 de março de 2020 e [Decreto nº 1.313](#), de 13 de julho de 2020, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Goiânia de 19/10/2020.

Decreto nº 1.828, de 15 de outubro de 2020. Altera o [Decreto nº 896](#), de 13 de abril de 2020, que dispõe sobre procedimentos emergenciais de redução de despesas com pessoal, visando garantir a disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento da folha de pagamento no âmbito do Poder Executivo do Município de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 15/10/2020.

Decreto nº 1.823, de 14 de outubro de 2020. Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Extraordinários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 14/10/2020.

Decreto nº 1.817, de 14 de outubro de 2020. Retifica o [Decreto nº 1.459](#), de 11 de agosto de 2020. Diário Oficial do Município de Goiânia de 14/10/2020.

Decreto nº 1.808, de 09 de outubro de 2020. Estabelece normas para o período da pandemia da COVID-19, altera os decretos que especifica e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Goiânia de 9/10/2020.

Nota: Altera [Decreto 1.313](#), de 13/7/2020 e [Decreto nº 736](#), de 13/3/2020;

Decreto nº 1.780, de 05 de outubro de 2020. Altera o [Decreto nº 1.313](#), de 13 de julho de 2020. Diário Oficial do Município de Goiânia de 5/10/2020.

Decreto nº 1.768, de 05 de outubro de 2020. Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 5/10/2020.

Decreto nº 1.767, de 05 de outubro de 2020 Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 5/10/2020.

Decreto nº 1.766, de 05 de outubro de 2020 Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 5/10/2020.

Decreto nº 1.765, de 05 de outubro de 2020 Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Extraordinários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 5/10/2020.

Decreto nº 1.764, de 05 de outubro de 2020 Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Extraordinários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 5/10/2020.

Decreto nº 1.753, de 29 de setembro de 2020. Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 29/9/2020.

Decreto nº 1.752, de 29 de setembro de 2020. Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Extraordinários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 29/9/2020.

Decreto nº 1.724, de 24 de setembro de 2020 Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 24/9/2020

Decreto nº 1.709, de 23 de setembro de 2020. Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 23/9/2020

Decreto nº 1.684, de 21 de setembro de 2020. Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 21/9/2020.

Nota: Retificado pelo Decreto nº 2.005, de 20/11/2020

Decreto nº 1.655, de 15 de setembro de 2020. Altera os decretos que especifica e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Goiânia de 15/9/2020.

Nota: Altera [Decreto nº 1.313](#), de 13/7/2020.

Decreto nº 1.635, de 8 de setembro de 2020. Dispõe sobre medidas complementares relativas ações emergenciais destinadas ao setor cultural, no âmbito do Município, de que trata a [Lei Federal nº 14.017](#), de 29 de junho de 2020. Diário Oficial do Município de Goiânia de 8/9/2020.

Decreto nº 1.578, de 27 de agosto de 2020. Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Extraordinários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 27/8/2020.

Decreto nº 1.535, de 20 de agosto de 2020. Introduce alterações no [Decreto n.º 986](#), de 15 de abril de 2015, que dispõe sobre o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Goiânia de 20/8/2020.

Decreto nº 1.527, de 19 de agosto de 2020. Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Extraordinários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 19/8/2020.

Decreto nº 1.496, de 14 de agosto de 2020. Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Extraordinários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 14/8/2020.

Decreto nº 1460, de 11 de agosto de 2020. Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Extraordinários. no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 11/8/2020.

Decreto nº 1.459, de 11 de agosto de 2020. Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 11/8/2020.

Nota: Retificado pelo [Decreto nº 1.817](#), de 14/10/2020

Decreto nº 1.436, de 05 de agosto de 2020. Constitui Comissão Técnica de Elaboração e Gestão do Protocolo de Procedimentos para o Manejo dos Resíduos Sólidos Recicláveis frente à pandemia por COVID-19 no Município de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 5/8/2020.

Nota: Alterado pelo [Decreto nº 2.046](#), de 30/11/2020

Decreto nº 1.409, de 30 de julho de 2020. Altera o [Decreto nº 736](#), de 13 de março de 2020. Torna efeito a redação contida nas justificativas dos [Decretos nº 1.213](#), de 25 de junho de 2020 e [nº 1.327](#), de 15 de julho de 2020 (COVID-19). Diário Oficial do Município de Goiânia de 30/7/2020.

Decreto nº 1408, de 30 de julho de 2020 . Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia (COVID-19). Diário Oficial do Município de Goiânia de 30/7/2020

Decreto nº 1400, de 29 de julho de 2020. Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais extraordinários no orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia em decorrência da situação de emergência – COVID-19. Diário Oficial do Município de Goiânia de 29/7/2020.

Decreto nº 1.380, de 24 de julho de 2020. Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 24/7/2020.

Decreto nº 1.367, de 22 de julho de 2020. Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Extraordinários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Goiânia (COVID-19). Diário Oficial do Município de Goiânia de 22/7/2020.

Decreto nº 1.366, de 21 de julho de 2020. Altera o [Decreto nº 1.044](#), de 15 de maio de 2020, que dispõe sobre o Plano de Contingenciamento nos termos da Recomendação Conjunta n.º 01/2020, de 14 de abril de 2020, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (COVID-19). Diário Oficial do Município de Goiânia de 21/7/2020

Decreto n 1.327, de 15 de julho de 2020. Altera o [Decreto nº 736](#), de 13 de março de 2020, sobre o Centro de Operações de Emergência em Saúde – COEGOIÂNIA-COVID-19. Diário Oficial do Município de Goiânia de 13/7/2020.

Nota: Ver também [Decreto nº 1.213](#), de 25 de junho de 2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.409](#), de 30/7/2020.

Decreto nº 1.313, de 13 de junho de 2020. Estabelece normas para o retorno das atividades econômicas e não econômicas após o período de suspensão para a prevenção e enfrentamento da pandemia da COVID-19 e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Goiânia de 13/7/2020.

Nota: Revoga o art. 12 do [Decreto nº 736](#), de 13/3/2020 e o art. 2º do [Decreto nº 751](#), de 16/3/2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.655](#), de 15/9/2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.780](#), de 5/10/2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.808](#), de 9/10/2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.851](#) de 19/10/2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.968](#), de 11/11/2020.

Decreto nº 1.242, de 30 de junho de 2020. Dispõe sobre adesão ao sistema de revezamento de atividades econômicas organizadas para a produção ou a circulação de bens e de serviços que especifica. Diário Oficial do Município de Goiânia de 30/6/2020

Nota: Revoga o [Decreto nº 1.113](#), de 29/5/2020 e o [Decreto nº 1.187](#), de 19/6/2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.968](#), de 11/11/2020.

Decreto nº 1.213, de 25 de junho de 2020. Altera o [Decreto nº 736](#), de 13 de março de 2020, que Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Município de Goiânia e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19). Centro de Operações de emergência em Saúde-COE-GOIÂNIA-COVID-19. Diário Oficial do Município de Goiânia de 25/6/2020. Nota: Alterado pelo [Decreto nº 1.409](#), de 30/7/2020. Ver também [Decreto nº 1.327](#), de 15 de julho de 2020.

Decreto nº 1.199, de 23 de junho de 2020. Altera o [Decreto nº 829](#), de 24 de março de 2020, que Instituiu o Gabinete de Gestão de Crise COVID-19. Diário Oficial do Município de Goiânia de 23/6/2020.

Decreto nº 1.187 de 19 de junho de 2020. Flexibilização de novos segmentos em Goiânia - Altera os Decretos que especifica e dá outras providências.

Reabre novos segmentos de forma segura e estabelece rígidos protocolos de segurança. No dia 22 de junho, voltam a funcionar shoppings centers, galerias, centros comerciais, os setores varejista e atacadista e os espaços onde atuam profissionais liberais, região da 44. Diário Oficial do Município de Goiânia de 19/6/2020. Errata publicada no Diário Oficial do Município de Goiânia de 19/6/2020 – Suplemento.

Nota: Altera [Decreto nº 1.113](#), de 29/5/2020; o [Decreto nº 736](#), de 13/3/2020; o [Decreto nº 1.050](#), de 18/5/2020. **Revogado pelo Decreto nº 1.242, de 30/6/2020.**

Decreto nº 1.113 de 29 de maio de 2020. Dispõe sobre a reabertura segura de setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento e prevenção da COVID-19. Flexibilização do comércio - Mercados Municipais, área administrativa das imobiliárias, treinos de futebol profissional. A partir da segunda-feira (1º/6) retornam a área administrativa das imobiliárias; mercados públicos municipais e centros de treinamento de atletas profissionais de times oficiais de futebol. Diário Oficial do Município de Goiânia de 29/5/2020

Nota: Alterado pelo [Decreto nº 1187](#), de 19/6/2020. Altera o [Decreto nº 751](#), de 16/3/2020. **Revogado pelo Decreto nº 1.242, de 30/6/2020.**

Decreto nº 1.050 de 18 de maio de 2020 . Estabelece horários de funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços; dispõe sobre medidas complementares de enfrentamento e de prevenção pandemia da COVID-19 nos serviços de transporte público coletivo, no âmbito do Município de Goiânia, e dá outras providências. Altera o [Decreto nº 751](#), de 16/3/2020 e revoga o [Decreto nº 951](#), de 28/4/2020. Diário Oficial do Município de Goiânia de 18/5/2020

Nota: Alterado pelo [Decreto nº 1.187](#), de 19/6/2020.

Decreto nº 1.044, de 15 de maio de 2020. Dispõe sobre o Plano de Contingenciamento nos termos da Recomendação Conjunta nº 01/2020, de 14 de abril de 2020, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCMGO). Veda a realização de novas obras; aditativação de contratos em vigor; nomeação de servidores comissionados, temporários e efetivos, entre outras medidas. Diário Oficial do Município de Goiânia de 15/5/2020

Nota: Alterado pelo [Decreto nº 1.366](#), de 21/7/2020. Alterado pelo [Decreto nº 2.064](#), de 1º/12/2020.

Decreto nº 1.043, de 15 de maio de 2020. Dispõe sobre a adoção de imediatas medidas preventivas e necessárias em face do atual agravamento da crise fiscal decorrente da pandemia da COVID-19. Determina que todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal empreendam imediatas medidas preventivas e de transparência aos órgãos de controle como o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás ; que os órgãos da gestão preservem "alimentadas às bases de dados do TCMGO (licitações e contratos, despesas e receitas, dentre outras, na periodicidade regrada)"; envio imediato ao TCM-GO, por meio eletrônico de informações e documentos previstos na IN n.º 12/18 do TCM-GO (plataforma COLARE), relativos a procedimentos licitatórios e dispensas decorrentes do COVID-19. Diário Oficial do Município de Goiânia de 15/5/2020

Nota: altera o [Decreto nº 829](#), de 24/3/2020

Decreto nº 1.042, de 15 de maio de 2020. Altera o [Decreto nº 751](#), de 16 de março de 2020, o [Decreto nº 896](#), de 13 de abril de 2020 e o [Decreto nº 736](#), de 13 de março de 2020. Expediente, *Home office* e revezamento. Amplia a ordem de prioridade dos servidores do município para o teletrabalho e define outras providências a serem observadas no âmbito da administração municipal. Horário de expediente volta a ser integral (das 8 às 18h) em todos os órgãos para ampliar o período de atendimento presencial, diminuindo aglomerações. Veda a concessão de afastamentos legais como férias, licença prêmio por assiduidade e licença para tratar de interesse particular para os servidores, excetuando a concessão de licença prêmio por assiduidade após o término de licença maternidade. Proíbe afastamentos para exercício em outro órgão ou entidade da administração pública, inclusive do próprio Município. Diário Oficial do Município de Goiânia de 15/5/2020

Decreto nº 1.041, de 15 de maio de 2020. Institui Comissão de Acompanhamento de Distribuição de Cestas Básicas durante a crise provocada pela pandemia da COVID-19 à população em situação de

vulnerabilidade social, no âmbito do Município de Goiânia e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Goiânia de 15/5/2020

Decreto nº 1.006, de 11 de maio de 2020. Altera o [Decreto n.º 950](#), de 28 de abril de 2020. Diário Oficial do Município de Goiânia de 11/5/2020.

Decreto nº 996, de 8 de maio de 2020. Revoga o [Decreto nº 849](#), de 27 de março de 2020, que dispõe sobre a suspensão de prazos administrativos no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Goiânia. Oficial do Município de Goiânia de 8/5/2020.

Decreto nº 951, de 28 de abril de 2020. Dispõe sobre medidas complementares de enfrentamento da crise provocada pela pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19) nos serviços de transporte público e coletivo e recomenda horários de funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, no âmbito do Município de Goiânia. . Diário Oficial do Município de Goiânia de 28/4/2020.

Nota: **Revogado pelo Decreto nº 1.050, de 18/5/2020.**

Decreto nº 950, de 28 de abril de 2020. Institui a Central de Fiscalização COVID-19, de natureza temporária, para intensificar as ações fiscalizatórias e coibir as atividades e condutas incompatíveis com as ações de combate à pandemia da COVID-19, no Município de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 28/4/2020

Nota: alterado pelo [Decreto nº 1.006](#), de 11/5/2020.

Decreto nº 896, de 13 de abril de 2020. Dispõe sobre procedimentos emergenciais de redução de despesas com pessoal, visando garantir a disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento da folha de pagamento no âmbito do Poder Executivo do Município de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 13/4/2020

Nota: Alterado pelo [Decreto nº 1.042](#), de 15/5/2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.828](#), de 15/10/2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.899](#), de 28/10/2020. Altera o [Decreto nº 751](#), de 16/3/2020

Decreto nº 871, de 06 de abril de 2020. Altera o [Decreto nº 751](#), de 16 de março de 2020 e o [Decreto nº 849](#), de 27 de março de 2020, que dispõem sobre medidas excepcionais em face da crise instalada pela pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Poder Executivo do Município de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 6/4/2020.

Decreto nº 855, de 31 de março de 2020. Altera o [Decreto nº 829](#) de 24 de março de 2020, que instituiu o Gabinete de Gestão de Crise COVID-19. Diário Oficial do Município de Goiânia de 31/3/2020.

Decreto nº 849, de 27 de março de 2020. Dispõe sobre a suspensão de prazos administrativos no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 27/3/2020.

Nota: Alterado pelo [Decreto nº 871](#), de 6/4/2020. **Revogado pelo Decreto nº 996, de 8/5/2020**

Decreto nº 847, de 26 de março de 2020. Dispõe sobre a realização de obras públicas no Município de Goiânia durante a pandemia de COVID-19. Diário Oficial do Município de Goiânia de 26/3/2020.

Decreto nº 833, de 26 de março de 2020. Adota como medida administrativa para enfrentamento da situação de emergência em razão do COVID-19, a destinação temporária do Hospital e Maternidade

Municipal Célia Câmara para internação dos casos de síndrome respiratória aguda grave. Diário Oficial do Município de Goiânia de 25/3/2020.

Decreto nº 830, de 24 de março de 2020. Altera o [Decreto nº 751](#), de 16 de março de 2020, que dispõe sobre medidas complementares de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Poder Executivo do Município de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 24/3/2020.

Decreto nº 829, de 24 de março de 2020. Institui o Gabinete de Gestão de Crise COVID-19. Diário Oficial do Município de Goiânia de 24/3/2020.

Nota: Alterado pelo [Decreto nº 855](#), de 31/3/2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.043](#), de 15/5/2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.199](#), de 23/6/2020. Alterado pelo [Decreto nº 036](#), de 6/1/2021

Decreto nº 799, de 23 de março de 2020. Declara SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA no Município de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 23/3/2020.

Decreto nº 784, de 23 de março de 2020. Altera o [Decreto nº 751](#), de 16 de março de 2020, que dispõe sobre medidas complementares de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Poder Executivo do Município de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 18/3/2020.

Decreto nº 751, de 16 de março de 2020. Dispõe sobre medidas complementares de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Poder Executivo do Município de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 16/3/2020.

Nota: Alterado pelo [Decreto nº 1.042](#), de 15/5/2020. Alterado pelo [Decreto nº 896](#), de 13/4/2020. Alterado pelo [Decreto nº 871](#), de 6/4/2020. Alterado pelo [Decreto nº 830](#), de 24/3/2020. Alterado pelo [Decreto nº 784](#), de 23/3/2020. Alterada pelo [Decreto nº 1.113](#), de 29/5/2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.313](#), de 13/6/2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.851](#) de 19/10/2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.899](#), de 28/10/2020

Decreto nº 736, de 13 de março de 2020. Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no Município de Goiânia e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Poder Executivo do Município de Goiânia. Diário Oficial do Município de Goiânia de 13/3/2020. Errata Diário Oficial do Município de Goiânia de 16/3/2020.

Nota: Alterado pelo [Decreto nº 1.213](#), de 25/6/2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.187](#), de 19/6/2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.042](#), de 15/5/2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.313](#), de 13/6/2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.327](#), de 15 de julho de 2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.409](#), de 30/7/2020. Alterado pelo [Decreto nº 1.808](#), de 9/10/2020

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

Acórdãos Consulta

AC-CON 018, de 16 de dezembro de 2020 – Câmara de Goianésia – As progressões, promoções, incentivos à qualificação e retribuição por titulação podem continuar sendo concedidas aos servidores municipais por portaria, observadas as exigências legais, devendo tais direitos subjetivos estar definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia da COVID-19, conforme art. 8º, I, da Lei Complementar nº 173/20. A LC nº 173/20 não veda a concessão de progressão funcional durante o período de 28/05/2020 e 31/12/2021, desde que os critérios estabelecidos não se restrinjam ao mero transcurso do tempo, que o servidor os preencha adequadamente e que estes direitos subjetivos estejam definidos em lei em sentido estrito com vigência anterior à calamidade pública ocasionada pela pandemia da COVID-19. É possível a concessão/pagamento de adicional de periculosidade a servidores efetivos quando decorrente de sentença judicial transitada em julgado, de forma retroativa, durante o interregno de 28/05/2020 a 31/12/2021, por força do artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal. CF/88, art. 5º, XXXVI. LC nº 173/20, art. 8º, caput e inciso I. DOC nº 1507, de 18.12.2020. p. 9

AC-CON 017, de 16 de dezembro de 2020 – Câmara de Goiânia – É possível a nomeação, para reposição de cargos vagos, de servidor aprovado em concurso público homologado em município que tenha decretado estado de calamidade pública em razão da pandemia de COVID-19, conforme a LC nº 173, art. 8º, IV. É possível a nomeação de aprovados em concurso nos 180 dias antes do final do mandato do prefeito desde que observados os arts. 16 a 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e que não gere aumento de despesas com pessoal. A manutenção de servidor comissionado exercendo atribuições de cargos efetivos, em detrimento de nomeação de aprovados em concurso público contraria a Constituição Federal. CF/88, art. 37, II; V. LC nº 173/20, art. 8º, IV. LC nº 101/00, arts. 16 a 20 e art. 21, IV. DOC nº 1507, de 18.12.2020. p. 13

AC-CON 015, de 9 de dezembro de 2020 – Município de Caldas Novas – A Lei Federal n. 13.708/2018, de caráter nacional, estipulou o piso remuneratório dos Agentes de Combate a Endemias (ACE) e Agentes Comunitário de Saúde (ACS), que se trata do vencimento básico em início de carreira, e é de aplicabilidade imediata para empregados vinculados ao regime celetista.

É do Chefe do Poder Executivo municipal a iniciativa privativa para dispor sobre regime jurídico e remuneração de seus servidores, sendo vedado o reajustamento automático de remuneração.

Para os ACS e ACE vinculados ao regime estatutário, o piso definido por lei federal e seu aumento escalonado só serão aplicados se houver previsão legal municipal específica, não caracterizando ofensa à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei Eleitoral e nem à Lei Complementar Federal nº 173/20, por tratar-se de obrigação legal imposta em período anterior aos marcos cronológicos estipulados pelas referidas normas. CF, art. 61, § 1º, II; art. 37, XIII. Lei 13.708/18. LC nº 101/00. LC nº 173/20. DOC: 1518, de 05.02.2021. p. 25.

AC-CON 013, de 25 de novembro de 2020 – Municípios de Porteirão e Morrinhos – É possível fazer o pagamento retroativo do piso nacional do magistério. A atualização anual, sempre no mês de janeiro, deve ser feita por lei específica e está resguardada pela Lei Complementar Federal nº 173/20, que trata do enfrentamento à Pandemia de COVID-19. Não é possível a compensação, em 2021, de recursos não utilizados em 2020 na manutenção e desenvolvimento do ensino. O município não pode deixar de aplicar o percentual mínimo de 25% das receitas em educação, mesmo em cenário de

pandemia. CF/88, art. 212. LC nº 173/20, art. 8º, I. Lei nº 11.738/08, art. 5º. Lei nº 9.994/96, art. 69, §4º. DOC nº 1493, de 27.11.2020. p. 57. DOC nº 1496, de 2.12.2020. p. 34.

AC-CON 011, de 19 de agosto de 2020 – Município de Carmo do Rio Verde – Não é possível atribuir a servidor funções alheias às definidas em lei para o cargo efetivo em que fora investido por concurso público. É vedado o pagamento de gratificação a servidor efetivo em desvio de função, salvo função de confiança ou cargo em comissão. Determina encaminhamento do **AC-CON nº 010/14** e do **AC-CON nº 008/17** para responder as dúvidas do consulente quanto às duas questões que não foram conhecidas por tratarem de caso concreto sobre reforma administrativa com reestruturação de cargos e readaptação de servidores. Alerta para a observância à Lei Complementar nº 173/20, editada em razão da pandemia do coronavírus, especialmente quanto as despesas com pessoal. CF/88, art. 37, II. LC nº 173/20, arts. 7º e 8º. DOC nº 1438, de 4/9/2020. p. 27

AC-CON 010, de 8 de julho de 2020 – Município de Rio Verde - É lícita a suspensão temporária do pagamento de gratificação por local de trabalho a professores durante o período de paralisação das aulas, em razão da calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19. Excetuam-se os casos em que haja previsão em lei municipal de incorporação da gratificação e o servidor tenha preenchido os requisitos legais da incorporação antes da data da publicação da EC nº 103/19. DOC nº 1412, de 29/7/2020. p. 1277

AC-CON 007, de 10 de junho de 2020 – Município de Rio Verde - Não é possível a antecipação do pagamento de prestação de serviço de transporte escolar durante o período de suspensão das aulas em decorrência da pandemia do Coronavírus – Covid-19 –, não se aplicando ao caso as regras da Medida Provisória nº 961/20. MP nº 961/20. Decreto Legislativo nº 6/2020. DOC nº 1403, de 23/6/2020. p. 88. DOC nº 1403, de 23/6/2020. p. 88

41

Instruções Normativas

* **Instrução Normativa nº 003, de 3 de março de 2021.** Dispõe sobre o prazo para o envio eletrônico dos dados do Movimento Contábil dos meses de janeiro e fevereiro de 2021, de que tratam os art. 6º e 7º da IN nº 009/15, ao TCMGO. DATA: 03.03.2021. DOC: 1532, de 04/03/2021. p. 2

* **Instrução Normativa nº 001, de 3 de fevereiro de 2021** - Dispõe sobre a excepcionalidade na prestação das Contas de Gestão referentes ao segundo semestre de 2020, a ser protocolada no TCMGO. DATA: 03.02.2021. DOC: 1517, de 4/2/2021. p. 32

Instrução Normativa nº 018, de 9 de dezembro de 2020 – Determina o excepcional envio, por Excel, da folha de pagamento dos municípios, relativa ao exercício de 2020, em razão de fase de adaptação à plataforma COLARE e de situação de calamidade pública da pandemia do coronavírus – COVID-19. Mantém as obrigações sobre envio de informações contidas na **IN nº 010/19**. DOC nº 1501, de 10/12/2020. p. 42

Instrução Normativa nº 017, de 18 de novembro de 2020 – Dispõe sobre a não aplicação do questionário do IEGM aos jurisdicionados do TCMGO; dispensa os gestores da obrigação do preenchimento e da apresentação de comprovante. DOC nº 1487, de 19/11/2020. p. 165

Instrução Normativa nº 015, de 28 de outubro de 2020 – Regulamenta o processo eletrônico de pensões para fins de registro no âmbito do TCMGO e altera a IN nº 010/19. DOC nº 1475, de 03/11/2020. p. 269

Instrução Normativa nº 013, de 14 de outubro de 2020 – Orienta os municípios goianos sobre a fixação de subsídios dos agentes políticos municipais para a legislatura 2021-2024, sob a vigência da Lei Complementar Federal nº 173/2020. DOC nº 1472, de 26/10/2020. p. 22

Instrução Normativa nº 011, de 19 de agosto de 2020 - Emite recomendações aos municípios goianos a respeito da vedação de realização de concursos públicos nos últimos 180 (cento e oitenta) dias do mandato no exercício de 2020. DOC nº 1428, de 21/8/2020. p. 2

Instrução Normativa nº 007, de 24 de junho de 2020 - Dispõe sobre procedimentos de compras e contratações diretas com o objetivo de enfrentamento da pandemia do coronavírus/COVID-19. DOC nº 1407, de 29/6/2020. p. 108

Instrução Normativa nº 006, de 3 de junho de 2020 - Dispõe sobre a emissão de certidões de adimplência e de certificação das despesas de pessoal pelo TCMGO considerando o período de adaptação na implantação da plataforma Colare Pessoal pelos jurisdicionados. DOC nº 1395, de 9/6/2020. p. 5

Resoluções Administrativas

Resolução Administrativa nº 106, de 23 de setembro de 2020. Adia o recadastramento anual do exercício de 2020 dos Conselheiros, Procuradores, Auditores e Servidores inativos e de pensionistas do TCMGO, estabelecido pela RA nº 161/11. DOC nº 1454, de 29/9/2020. p. 27

Resolução Administrativa nº 103, de 16 de setembro de 2020 - Suspende a aplicação do prazo previsto no art. 19 da RA nº 024/20, que regulamenta o Adicional de Qualificação instituído pela Lei Estadual nº 17.501/11, em razão do contexto da pandemia ocasionada pelo coronavírus (COVID-19). DOC nº 1449, de 22/9/2020. p. 135

Resolução Administrativa nº 034, de 8 de abril de 2020 - Institui, em caráter temporário e excepcional, as sessões remotas dos órgãos colegiados, para julgamento e apreciação de processos no âmbito do TCMGO. DOC nº 1368, de 13/4/2020. p. 2

Resolução Administrativa nº 033, de 8 de abril de 2020 - Autoriza a doação de recursos financeiros à Organização das Voluntárias do Estado de Goiás (OVG), mediante celebração de termo de fomento, para atendimento da emergência sanitária decorrente do COVID-19. DOC nº 1368, de 13/4/2020. p. 5

Resolução Administrativa nº 030, de 18 de março de 2020 - Autoriza Conselheiros e Conselheiros-Substitutos a revogar medida cautelar durante o período de suspensão das atividades presenciais do TCMGO previsto na Portaria nº 126/2020. DOC nº 1363, de 19/3/2020. p. 28

Portarias

* **Portaria nº 075, de 12 de março de 2021.** Prorroga as medidas de prevenção contra a disseminação do Coronavírus e altera o prazo da [Portaria nº 066/2021](#), alterada pela [Portaria nº 074/2021](#), que suspende as atividades presenciais, no âmbito do TCMGO. DOC nº 1537, de 15/3/2021. p. 2.

* **Portaria nº 074, de 5 de março de 2021** - Prorroga a suspensão, por mais 7 (sete) dias, das atividades presenciais no âmbito do TCMGO, a partir de 8 de março de 2021, ficando mantidos o regime de teletrabalho, o trabalho presencial de atividades não passíveis de interrupção e as sessões deliberativas dos órgãos julgadores, de forma virtual. DOC Suplementar nº 1533, de 8/3/2021. p. 2

* **Portaria nº 066, de 1º de março de 2021** - Suspende, por 7 (sete) dias, as atividades presenciais no âmbito do TCMGO, a partir de 1º de março de 2021, ficando mantidos o regime de teletrabalho, o trabalho presencial de atividades não passíveis de interrupção e as sessões deliberativas dos órgãos julgadores, de forma virtual. DOC nº 1530, de 2/3/2021. p. 2

Nota: Prazos alterados pela [Portaria nº 075/21](#).

* **Portaria nº 048, de 19 de fevereiro de 2021** - Adota as medidas de prevenção contra a propagação e disseminação do COVID-19, no âmbito do TCMGO. DOC nº 1526 de 8/3/2021. p. 3

Portaria nº 195, de 1º de julho de 2020 - Adota medidas de prevenção contra a propagação e disseminação do Coronavírus – COVID-19, previstas no [Decreto Estadual nº 9.685](#), de 29.06.2020, no âmbito do TCMGO. Suspende atividades presenciais no período de 2 a 13/7/2020. Atendimento em regime de escala. DOC nº 1410, de 2/7/2020. p.2

Nota: Ver também [Portaria nº 161/20](#), cujas medidas são mantidas.

Portaria nº 192, de 25 de junho de 2020 - Altera o art. 11 da [Portaria nº 161/20](#), que dispõe sobre medidas temporárias para prevenção de infecção e propagação do COVID-19 no âmbito do TCMGO. Escala de trabalho presencial e rodízio entre servidores. DOC nº 1407, de 29/6/2020. P. 4

Nota: Vigência a partir de 29.06.2020. Revoga a [Portaria nº 189/20](#).

Portaria nº 189, de 25 de junho de 2020 - Altera o art. 9º da [Portaria nº 161/20](#), que dispõe sobre medidas temporárias para prevenção de infecção e propagação do COVID-19 no âmbito do TCMGO. Escala de trabalho presencial e rodízio entre servidores. DOC nº 1407, de 29/6/2020. p. 3

Nota: **Revogada pela Portaria nº 192/20.**

Portaria nº 173, de 3 de junho de 2020 - Altera a [Portaria nº 161/20](#), que dispõe sobre medidas temporárias para prevenção de infecção e propagação do COVID-19 no âmbito do TCMGO. Prazo de envio de relatório quinzenal de atividades. DOC nº 1393, de 5/6/2020. p. 2

Portaria nº 162, de 8 de maio de 2020 - Dispõe sobre a protocolização eletrônica e física de documentos referentes às aposentadorias, pensões e aos editais relacionados aos atos de pessoal dos jurisdicionados do TCMGO em período de funcionamento excepcional, em razão da pandemia de COVID-19. DOC nº 1376, de 11/5/2020. p. 2

Nota: Ver também [IN nº 10/15](#) e [Portaria nº 161/20](#)

Portaria nº 161, de 7 de maio de 2020. (Versão consolidada) Medidas temporárias para prevenção de infecção e propagação do COVID-19 no âmbito do TCMGO. DOC nº 1375, de 8/5/2020. p. 3

Nota: Revoga a [Portaria nº 124/20](#). Torna sem efeito a Portaria nº 158/20. Alterada pelas Portarias nº 173/20, nº 189/20, nº 192/20. Ver também [Portaria nº 195/20](#) , [nº 162/20](#) e [066/21](#).

Portaria nº 158, de 7 de maio de 2020 - Medidas temporárias para prevenção de infecção e propagação do COVID-19 no âmbito do TCMGO.

Nota: Não publicada. Tornada sem efeito pela [Portaria nº 161/20](#).

Portaria nº 154, de 30 de abril de 2020 - Prorroga prazos previstos nas Portarias nº 124/20 e nº 126/20, que suspendem parcialmente as atividades presenciais no TCMGO. DOC nº 1372, de 4/5/2020. p. 2

Portaria nº 153, de 28 de abril de 2020 - Institui o Plano de Contingenciamento de Despesas no âmbito do TCMGO para o enfrentamento dos reflexos financeiros e econômicos da pandemia de Covid-19. DOC nº 1373, de 5/5/2020. p. 2

Portaria nº 150, de 22 de abril de 2020 - Prorroga prazos previstos nas Portarias nº 124/20 e nº 126/20, que suspendem parcialmente as atividades presenciais no TCMGO. DOC nº 1371, de 27/4/2020. p. 2

Portaria nº 146, de 20 de abril de 2020 - Prorroga prazos previstos nas Portarias nº 124/20 e nº 126/20, que suspendem parcialmente as atividades presenciais no TCMGO. DOC nº 1370, de 22/4/2020. p. 2

Portaria nº 137, de 3 de abril de 2020 - Prorroga prazos previstos nas Portarias nº 124/20 e nº 126/20, que suspendem parcialmente as atividades presenciais no TCMGO. DOC nº 1366, de 7/4/2020. p. 2

Portaria nº 132, de 26 de março de 2020 - Prorroga prazos previstos nas Portarias nº 124/20 e nº 126/20, que suspendem parcialmente as atividades presenciais no TCMGO. DATA: 26.03.2020. DOC nº 1365, de 30/3/2020. p.2.

Portaria nº 131, de 23 de março de 2020 - Altera a [Portaria nº 126/20](#), que suspende parcialmente as atividades no TCMGO, do dia 19 ao dia 31 de março de 2020. Dá prioridade às atividades por meio eletrônico durante o período de suspensão das atividades. DOC nº 1364, de 24/3/2020. p. 2.
Nota: Revoga §§ 1º, 2º e 4º da [Portaria nº 126/20](#). Efeitos a partir de 20/3/2020.

Portaria nº 130, de 20 de março de 2020 - Designa Comissão para acompanhamento das ações de medidas de prevenção de infecção e propagação do COVID-19 no âmbito do TCMGO. DOC nº 1371, de 27/4/2020. p. 4.

Portaria nº 126, de 18 de março de 2020. (Versão consolidada) Suspende parcialmente as atividades no TCMGO, do dia 19 ao dia 31 de março de 2020. Atendimento em regime de escala. Mantém as medidas estabelecidas na [Portaria nº 124/20](#), exceto as contrárias a esta Portaria. DOC nº 1363, de 19/3/2020. p. 2
Nota: Prazos prorrogados pelas Portarias nº 132/20, 137/20, 146/20, 150/20, 154/20. Alterada pela [Portaria nº 131/20](#).

Portaria nº 124, de 16 de março de 2020 - Medidas temporárias para prevenção de infecção e propagação do COVID-19 no âmbito do TCMGO. DOC nº 1362, de 18/3/2020. p. 2

Nota: Prazos prorrogados pelas Portarias nº 132/20, 137/20, 146/20, 150/20, 154/20. Revoga a [Portaria nº 123/20](#). **Revogada pela Portaria nº 161/20**.

Portaria nº 123, de 12 de março de 2020 - Medidas temporárias para prevenção de infecção e propagação do COVID-19 no âmbito do TCMGO. DOC nº 1361, de 17/3/2020. p. 4

Nota: **Revogada pela Portaria nº 124/20**.

Recomendações

Recomendação Conjunta TCMGO/MPC, nº 01, de 14 de abril de 2020 - Estabelece recomendações aos jurisdicionados do TCMGO, para adoção de medidas preventivas e proativas em face dos efeitos financeiros decorrentes da pandemia do coronavírus (COVID-19).

Recomendação Conjunta TCMGO/MPC, nº 02, de 6 de maio de 2020 - Recomenda a observância de regras para flexibilização de funcionamento do comércio local, com vistas a garantir as condições sanitárias e de proteção social para fazer frente às necessidades emergenciais da população diante da pandemia da COVID-19.

Recomendação Conjunta TCMGO/MPC, nº 03, de 6 de maio de 2020 - O TCMGO reitera aos gestores de saúde a obrigatoriedade da notificação compulsória para os casos suspeitos de COVID-19 (novo coronavírus) em todo o Estado de Goiás.

Recomendação Conjunta TCMGO/MPC, nº 04, de 8 de maio de 2020 - Recomenda a suspensão dos prazos de validade dos concursos públicos realizados durante a vigência do [Decreto no 9.653](#), de 19 de abril de 2020, como meio de mitigar o impacto decorrente das medidas de combate à contaminação causada pelo COVID-19.

Resolução – MPC 006/2020 Dispõe sobre a manifestação oral, excepcional e temporária, do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado de Goiás nos processos de contas de gestão, aposentadorias e pensões, durante o período da pandemia do novo coronavírus.

Edição nº 1432 Ano VIII, disponibilização quarta-feira, 26 de agosto de 2020, publicação quinta-feira, 27 de agosto de 2020. Página 3 de 13

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA
Contato: Fernanda Correa Caldas / Bibliotecária - Chefe da Divisão
E-mail: biblioteca@tcm.go.gov.br
3216.2222  / 3216.6355